

REVISTA DE SEGUROS

• MUDANÇA REGULATÓRIA
É UM DIVISOR DE ÁGUAS
PARA O SEGURO

• REFORMA TRIBUTÁRIA:
ALÍQUOTA ÚNICA PENALIZARÁ
SETOR DE SERVIÇOS

• CRISE DE EMPREGO
E RENDA EXIGE INVESTIMENTOS
EM REFORMAS



**SUSTENTABILIDADE: TRANSIÇÃO PARA UMA
ECONOMIA DE BAIXO CARBONO TENDE A
GANHAR FORÇA COM A PANDEMIA**





IDEIAS TRANSFORMAM

PARTICIPE DO PRÊMIO DE INOVAÇÃO EM SEGUROS 2021

INSCRIÇÕES ABERTAS

Conte pra gente de que forma você e a sua equipe
estão contribuindo para transformar esse momento desafiador,
em oportunidades para a sua empresa.

www.premioseguero.com.br



 **CNseg**
Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização



06

ENTREVISTA

Diretor da FGV Social, o economista Marcelo Neri diz que houve redução da pobreza durante a pandemia, mas a renda da metade mais pobre da população caiu 28% e, a dos ricos, 17%.

19

EVOLUÇÃO REGULATÓRIA

Considerada um marco para o mercado, reestruturação tem o respaldo do Ministério da Economia e está alinhada com a estratégia de desregulamentação e desburocratização da Susep.



29

EDUCAÇÃO

As desigualdades sociais dos alunos, já apontadas em pesquisas do IBGE desde 2017, foram aprofundadas com a pandemia, quando o ensino online substituiu as salas de aulas físicas.



10

REPERCUSSÕES DA PANDEMIA

Especialistas de áreas distintas estudam fenômenos ocorridos no Brasil no período de quarentena e apontam desdobramentos para o futuro pós-pandêmico no País.

23

COMÉRCIO EXTERIOR

Aproximação entre China e Argentina, fruto da estratégia chinesa para a região, não interfere na importância do comércio bilateral do Brasil com o país vizinho, seu parceiro no Mercosul.

33

EMPREGO E RENDA

Investimentos em infraestrutura e reformas são apontados por especialistas como a única saída para estancar a taxa de desocupação e o empobrecimento da população brasileira.



13

SUSTENTABILIDADE

Pandemia deve acelerar a adoção de um modelo de economia que reduza os efeitos climáticos e reforçar a importância da cultura ambiental, social e de governança nas empresas.



25

REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de alíquota única prejudicaria o setor de serviços, que gera 70% do PIB, e impactaria também para o mercado de seguros que hoje paga alíquota menor que os 12% sugeridos.



37

CNDC

Segundo o CNDC, objetivo do Governo ao recriar o Conselho foi harmonizar as relações de consumo e gerar um ambiente institucionalizado para as discussões.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araújo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Francisco Alves de
Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, João Francisco
Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara, Leonardo
Deeke Boguszewski, Luis Gutiérrez Mateo, Luiz Fernando
Butori Reis Santos, Nilton Molina, Pedro Cláudio de
Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORIA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho,
Marcio Serôa de Araújo Coriolano, Solange Beatriz
Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Cecilia Barroso, Chico Santos, Eliane Lannes, Érica Ribeiro,
Jorge Clapp, Marcia Alves, Mário Moreira e Raquel Perin

FOTOGRAFIA

Agência Brasil, Amanda Rod, arquivo pessoal, arquivo CNseg,
banco de imagens Google, Cleon Antunes, divulgação de
empresas, Helio Montferre e Thiago Cavalcante

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus,
essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



100

anos



Considerada a publicação especializada em economia mais antiga do País, a Revista de Seguros, editada pela CNseg, completa **100 anos em 2020.**

O Centro de Documentação e Memória do Mercado Segurador (CEDOM) da CNseg fez uma homenagem aqueles que fizeram parte da história de longevidade dessa importante publicação.

CONFIRA!



www.cnseg.org.br



PRINCÍPIOS ASG GANHAM ADESÕES EM TODO O MUNDO, COM PERSPECTIVAS DE NEGÓCIOS MAIS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES

A vacina contra o coronavírus ainda é a bala de prata para assegurar à humanidade o fim do horror de vidas ceifadas e o direito de tirar a máscara, ir e vir e fazer a economia mundial progredir. Mas um entorno transformador à pandemia move-se para mitigar não só novas crises sanitárias, mas também para fortalecer os conceitos de melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, na sigla em inglês). Dadas a abrangência, implicações e perspectivas de retomada de novos modelos de negócios, nossa reportagem de capa trata do tema, mostrando como esses princípios começam a receber a atenção global e apoio importantes no País a negócios sólidos, sustentáveis e resilientes a riscos associados ao meio ambiente e ao clima. A matéria mostra como o seguro, quer como investidor institucional, quer na condição de gestor de riscos, pode ter uma atuação de protagonismo no fortalecimento dos princípios ASG.

A epidemia da Covid-19, mais do que ter mudado o modo de vida, a sociedade e a economia, serviu para dar novo e dramático senso de urgência para a adoção de práticas preservacionistas. Os pacotes de estímulos que atendam ao enfrentamento de mudanças climáticas e priorizem a eficiência, equidade e resiliência parecem ter retornos mais altos do que aqueles que meramente melhorem ações já empreendidas. Isso pode reduzir a ocorrência de futuros riscos sistêmicos. Assim como

com a pandemia, ações antecipadas em mudanças climáticas podem reduzir substancialmente custos de toda a ordem.

E ainda sobre a epidemia, as onerosas, mas necessárias, medidas emergenciais para enfrentamento da Covid-19 são abordadas em entrevista exclusiva com o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas. Ele joga luzes sobre os impactos positivos das medidas adotadas pelo governo - inédita redução da informalidade no mercado de trabalho, apesar do desemprego alto e da crise econômica severa -, o que tem relação direta com a ajuda emergencial dada aos trabalhadores e com a redução da jornada de trabalho. Em um cenário de realismo fantástico, como assinala Neri, verifica-se que a pobreza caiu 20,7% em plena pandemia. Isso significa que 13 milhões de pessoas saíram da pobreza, algo inédito no País.

Um grupo de especialistas consultados pela Revista de Seguros, de áreas distintas como Neurociência, Comércio Varejista, Psicologia Econômica e Gestão de Riscos, debruçou-se sobre os fenômenos ocorridos no Brasil no período de quarentena e aponta desdobramentos para o futuro pós-pandêmico no País.

O emprego, afetado pela pandemia - 10 milhões de ocupações formais ou informais eliminadas - é outro capítulo desafiador tratado nesta edição e, para reagir, especialistas recomendam investimentos em infraestrutura e na retomada das reformas estruturantes.

Também conferimos o desafio enfrentado pela educação, segmento estratégico que se enfraqueceu com as regras de isolamento social e perda de renda dos provedores. O aumento da inadimplência no ensino superior privado passou de 15% para 40%, em média, e, nas escolas de educação infantil, um número elevado fechou as portas. Para o professor, surgiram os desafios de reinventar-se a partir de plataformas de ensino a distância.

Das matérias setoriais, destaque para a evolução qualitativa do marco regulatório de seguros, além do discurso alinhado entre o Ministério da Economia e a Susep em prol da desregulamentação, que significa a retirada de vários entraves ao crescimento do setor.

Outra reportagem aborda a reforma tributária, em suas várias versões até agora divulgadas. Caso priorizada a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com alíquota única de 12%, a proposta poderá onerar a atividade de seguros, porque aquela é maior do que a paga hoje. Além disso o resultado do IBS poderá tornar ainda mais complexo o pagamento das contribuições, considerando-se as propostas em discussão. Mas ainda há esperanças de que a paciência e a perseverança do diálogo entre tantos atores desemboquem em pacto de racionalidade e simplificação no novo modelo tributário a ser deliberado pelo Congresso.

• Boa leitura!

“TEMOS QUE ACHAR O CAMINHO DO MEIO”

A pandemia tem dado visibilidade a um Brasil diferente. O Diretor do FGV Social – Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, lembra que em épocas de crise, geralmente, a informalidade cresce no mercado de trabalho, mas, neste período de enfrentamento da Covid-19, diminuiu, apesar do choque trabalhista adverso. Não há mágica, claro! Economista e cientista social, Neri explica como as políticas públicas, em especial o auxílio emergencial e a redução da jornada de trabalho, atuaram para promover esses movimentos. Os resultados adversos das pesquisas coordenadas por ele também mostram que houve redução da pobreza (para 15 milhões de pessoas), porém, a renda do trabalho da metade mais pobre da população perdeu 28% e os 10% mais ricos, apenas 17%. O economista diz que vivemos em um “conti-

nente do realismo fantástico”, pois dissociamos o rumo individual, que vemos de forma positiva, da trajetória do País, que classificamos de maneira pessimista. Mas, em meio aos paradoxos, seguimos em direção a 2021 com esperança de uma recuperação, “que não será em “V” e, sim, em forma de “raiz quadrada”, lenta. Só temos uma saída: enfrentar todos os problemas como nação, e não individualmente. Desigualdade, violência, corrupção e Covid-19, tudo é coletivo, e temos que atuar juntos para superar. Leia a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva que ele concedeu à Revista de Seguros.

Dados recentes da FGV Social mostram que houve redução da pobreza na pandemia. Poderia nos explicar essa pesquisa?

Marcelo Neri - Houve uma situação estranha na pandemia em que o desemprego não

“Quando se mede a renda de todas as fontes, verifica-se que a pobreza caiu 24% em plena pandemia. Isso significa que 15 milhões de pessoas saíram da pobreza, algo inédito no País.”



aumentou muito e a informalidade caiu bastante no Brasil, e essa não é uma má notícia. Normalmente, a informalidade sobe como uma espécie de colchão de proteção social em que as pessoas fazem “bicos” (serviços temporários) para sobreviver. Nesta pandemia, o efeito foi mais forte e aconteceu esse paradoxo de o desemprego subir um pouco e o mercado informal, cair. Apesar de não ser uma má notícia, também não chega a ser boa porque a ocupação despencou 9,9% e a renda de trabalho do brasileiro, 20,5% – a maior queda já observada nas séries históricas. Quando se mede a renda de todas as fontes, incluindo auxílio emergencial, aposentadoria, trabalho e programas sociais, verifica-se que a pobreza caiu 24% em plena pandemia. Isso significa que 15 milhões de pessoas saíram da pobreza, algo inédito no País, superando até mesmo o que ocorreu com os planos Real e Cruzado.

Ainda assim, é controverso que o mercado de trabalho, que é a principal fonte de renda, esteja mal e as pessoas, bem.

É porque o Governo injetou, na pandemia, uma renda que vai somar cerca de R\$ 320 bilhões para um pico de 67 milhões de pessoas através do auxílio emergencial. É como se o mercado de trabalho estivesse no inferno e a renda total das pessoas, no céu. O problema é que não é possível manter esse nível. O auxílio está diminuindo e vai ter fim. Mesmo o benefício da suspensão da jornada do trabalho vai deixar de existir, porque também é um fator circunstancial. Apesar de uma queda inédita no mercado de trabalho e da dificuldade fiscal, o Brasil estará em uma situação social preocupante. A economia vai sofrer alguns impactos permanentes.

Por que o mercado de trabalho está “no inferno”?

“Apesar de uma queda inédita no mercado de trabalho e da dificuldade fiscal, o Brasil estará em uma situação social preocupante. A economia vai sofrer alguns impactos permanentes.”

“Otimista e individualista por natureza, o brasileiro não abraça muito os problemas coletivos, não enxerga muito o outro. Sonhamos, mas somos pessimistas sobre o País no qual estamos e nos julgamos felizes.”

“O crescimento do setor segurador neste momento (de medo de ficar doente, desassistido ou morrer) está ligado ao espírito de sobrevivência à flor da pele, independentemente da classe social.”

Os principais componentes desse fenômeno são pessoas que se retiraram por causa da pandemia ou desistiram de procurar e não encontrar emprego. E só não foi pior porque houve o benefício da redução da jornada de trabalho, que poupou muitos postos de trabalho. Se não houvesse essa redução, a ocupação teria caído 22% e não 10%, em nossos cálculos. E a queda da renda do trabalho não foi similar em todas as áreas: a metade mais pobre perdeu 28%, os 10% mais ricos perderam 17%.

Quais foram os grupos que perderam mais?

Foram três, principalmente: índios, analfabetos e jovens. As mulheres perderam cerca de 21%, pouco mais que os homens, com 19,5%.

Há uma obrigatória mudança de comportamento do consumidor na pandemia. Após este período, essas transformações tendem a permanecer ou mudarão de novo?

Algumas coisas vão se tornar permanentes, mas o fato é que se criou uma grande incerteza nesse contexto em que o sujeito está no céu ou no inferno, dependendo de onde e quando olha para a situação. Neste momento, as pessoas tendem a ter um comportamento mais de precaução. A pandemia mexe com o espírito de sobrevivência, e isso tem muito a ver com o mercado de seguros.

De que forma?

Passar por uma crise, pelo medo de ficar doente, desassistido, morrer, perder tudo o que construiu etc., é traumático. Portanto, é natural que a pessoa tenda a contratar seguros para se precaver. O crescimento do setor segurador neste momento está ligado ao espírito de sobrevivência à flor da pele, independentemente da classe econômica. Vimos um resultado interessante nas últimas pesquisas: pessoas de renda mais baixa tiveram maior ganho de renda, o que poderia propiciar o seguro ou o auto-seguro (poupança).

Além da busca por produtos de seguros, há indícios de outras mudanças de comportamento?

Nossos estudos mostram como varia a felicidade do brasileiro em relação à renda: as duas estão diretamente ligadas. O grande salto se dá quando a pessoa não tem renda e passa a ter um salário-

-mínimo: o nível de felicidade sobe praticamente três pontos. Mas, quando passa de um para dois salários-mínimos, o índice cresce 10%. Outra peculiaridade é que o brasileiro é um ser otimista individualmente, mas pessimista no coletivo. Se você perguntar como estará a vida dele daqui a cinco anos, responderá que estará muito bem. E o País? Ah, aí é diferente: o mesmo entrevistado diz que o Brasil não vai dar certo. Será muito interessante, depois que a pandemia passar, analisar esses dados e ver qual foi a atitude psicológica do Brasil diante de um fenômeno global. Será interessante comparar com outros países.

Qual é o mecanismo psicológico usado para dissociar a vida pessoal da vida do País?

Realidade empírica. O brasileiro sempre obteve a nota mais alta de todo o planeta em estudos sobre felicidade futura. Com a crise em 2015, caiu para o quinto ou quarto lugar. Agora, estamos entre a terceira e a segunda posição no ranking. É a confirmação daquela frase: “Brasileiro, profissão esperança”. Otimista por natureza, a população não abraça muito os problemas coletivos, não enxerga muito o outro. Nós estamos no continente do realismo fantástico. Sonhamos, mas, ao mesmo tempo, somos pessimistas sobre o País no qual estamos e nos julgamos felizes. Mas não dá para ser otimista em uma coisa e pessimista em outra, pois ambas estão ligadas. Isso é inconsistente.

Então, para o brasileiro o dinheiro traz felicidade?

Os dados mostram que essa é uma realidade empírica global para quem ganha até 75 mil dólares (cerca de R\$ 410 mil) por ano. Acima disso, não cresce mais. O próprio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da ONU (Organização das Nações Unidas), considera esse limite. Mas o brasileiro é o povo menos sensível a esse limite financeiro. Ele só é sensível na base, quando passa do zero para um salário-mínimo. Depois, a relação é positiva, mas tênue, e só registra subida de novo quando a renda aumenta muito.

Economia de precaução (evitar gastos com medo do futuro) e economia de recompensa (gastar de mais como compensação por ter ficado em confinamento) são relevantes no comportamento do brasileiro? Para onde irá esse dinheiro após a pandemia?



“Os valores mudam e a complexidade do brasileiro fica realçada. Os resultados positivos do setor de seguros mostram a preocupação em se prevenir. E comprar seguro é como andar de bicicleta, aprende-se fazendo.”

É um dado estrutural da nossa sociedade. As pessoas estão buscando algum tipo de proteção para evitar situações de infelicidade máxima. É verdade que os dados mostram que o Brasil registra uma injeção de poupança neste período de pandemia. Mas, por outro lado, parte dos consumidores também pensa que, se o mundo pode acabar, melhor ser feliz com algumas compras. Os valores mudam e a complexidade do brasileiro fica realçada. Os próprios resultados positivos do setor de seguros mostram a preocupação em se prevenir de riscos. E comprar seguro é como andar de bicicleta, aprende-se fazendo. Pode ser que permaneça na cultura. Mas ainda não é possível afirmar para onde irá esse dinheiro poupado na pandemia.

A projeção de alguns especialistas sobre o PIB do terceiro trimestre é de 7% menor do que o do segundo trimestre, cuja queda foi de 9,7%, considerada tragicamente histórica. Esse resultado está na conta da pandemia?

Não só. O País vinha em recessão profunda na base, já tinha crise acumulada antes da chegada da pandemia. De meados de 2015 até 2019, a desigualdade subiu, estava começando a estabilizá-la em 2019. Em termos médios, a recessão foi seguida pela estagnação. Entre os pobres extremos só parou na pandemia. O PIB caiu 9,7% em 2020,

que é uma queda inédita, o Brasil gastou muitos recursos e não há como manter o mesmo patamar.

Qual é a expectativa para 2021?

A vacina fará diferença, claro. Mas não acho que será uma recuperação em “V”; será em forma de “raiz quadrada”. A recuperação não será tão forte quanto foi a queda, mas, mesmo mais lenta, alguma parte poderá ser ativada ano que vem.

A reabertura da economia é um bom caminho?

Sou um cientista social, olho para os dados e acho importante não ficar preso a dogmas. Obviamente, ao falar de vidas, temos que ter um comportamento conservador. Mas, ao mesmo tempo, temos exemplos de outros países cujas experiências nesta área precisam ser observadas atentamente. Existem algumas evidências de que economias relançadas muito rapidamente não deram bons resultados porque não adianta abrir as portas, se a população não se sente segura para entrar. A questão tem de ser estudada, e o tipo de isolamento social em paralelo também. O Brasil não adotou um modelo muito claro sobre isso, houve certa polarização entre o Governo federal e outras instâncias da sociedade. Deve-se ser cuidadoso, olhar para os números, para o avanço da Ciência e, se tiver que rever alguma decisão, ter coragem de fazer isso. Para um lado ou para o outro.

Sairemos do “outro lado” com mais coragem para resolver questões sociais?

Acho que a pandemia mexe com algo profundo na sociedade brasileira que é a dificuldade de lidar com problemas coletivos – e a Covid-19 é um deles. Altos níveis de corrupção, desigualdade, inflação, criminalidade etc. são grandes questões de relacionamento em grupo. Da mesma forma, as maneiras de deter a disseminação da doença não é individual. Fizemos grandes avanços ao longo do tempo, como construir a democracia, que é uma obra coletiva importante. Mas, em certo sentido, nos 10 últimos anos muitas conquistas entraram em xeque. Vamos ter que enfrentar esses desafios como nação. Caso contrário, ficaremos deitados em berço não esplêndido. Temos que achar o caminho do meio, não perder a esperança de encontrar esse norte comum.

A Covid-19 nos testa?

Sim, é uma prova derradeira para nossa geração. Temos que aprender a olhar para o País como um todo, e isso exige maturidade, é uma questão empírica que se aprende na prática. Essa experiência é marcante e veremos, mais à frente, de que forma aprendemos com o que vivemos.

OS NOVOS APRENDIZADOS TRAZIDOS PELA TRÁGICA EXPERIÊNCIA DA PANDEMIA

Especialistas de várias áreas comentam o comportamento do brasileiro durante o isolamento social e apontam caminhos para o futuro no País.

Meses depois do início da pandemia, alguns mitos caíram, desafios foram decifrados, verdades absolutas viraram incertezas – tanto quanto à Covid-19 quanto ao comportamento social e econômico das pessoas e dos países. Especialistas ouvidos pela Revista de Seguros, de áreas distintas como Neurociência, Comércio Varejista, Psicologia Econômica e Gestão de Riscos, debruçaram-se sobre os fenômenos ocorridos no Brasil no período de quarentena e apontam desdobramentos para o futuro pós-pandêmico no País.

De imediato, uma máxima foi derrubada: “Não existe um novo normal porque não existe um novo humano”, como sintetiza o Consultor em Neurociência Alexandre Michels Rodrigues, também Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Mas isso não significa que seremos os mesmos após a crise. Há um aprendizado embutido na trágica experiência, que inclui melhores hábitos e maior educação financeira.

Uma das mais importantes mudanças refere-se à cultura da poupança, que não está incorporada

ao perfil do brasileiro. Ou melhor, não estava. Mestre em Economia, cientista social e Diretor do Instituto de Gestão de Riscos Financeiros da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Luiz Roberto Cunha explica: “A pandemia trouxe a realidade da morte, do risco, da necessidade de se pensar no futuro e, como consequência, as pessoas guardaram recursos. Descobriram que pensar no futuro é ter seguro.” Nada disso fazia parte dos hábitos dos brasileiros, segundo ele, devido à baixa renda per capita e a fatores culturais. Por que a pandemia levou à poupança, se aumentou o número de desempregados e a renda caiu? O economista aponta dois motivos: o auxílio emergencial, com impacto enorme na parcela da população que teve acréscimo de renda e, também, porque gastos com lazer (vestiário, restaurantes, turismo etc.) diminuiram drasticamente, acarretando uma sobra no orçamento da classe média alta.

Para Vera Rita de Mello Ferreira, doutora em Psicologia Social e especialista em Psicologia Econômica do Vértice Psi – Instituto de Psicologia Econômica e Ciências Comportamentais, “a pandemia tem sido um educador financeiro pela



“A pandemia trouxe a realidade da morte, do risco, da necessidade de se pensar no futuro e, como consequência, as pessoas guardaram recursos. Descobriram que pensar no futuro é ter seguro.”

Luiz Roberto Cunha, PUC-Rio



dor.” A dureza da frase reflete a verdade dos fatos, pois o sofrimento da quarentena apontou caminhos de proteção ao orçamento doméstico. Ter um “pé-de-meia” virou objetivo, e o aprendizado deverá se refletir no futuro.

A dúvida sobre os acontecimentos ruins foi superada pela certeza da instabilidade. Presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) e mestre em Administração, o professor Eduardo Terra confirma que os alertas foram abrangentes e alteraram a percepção de risco. “O brasileiro sai mais sensível a mecanismos de proteção do seu patrimônio, sua vida e de tudo que o seguro pode abraçar”, diz ele. “A coisa mais difícil no mundo é você vender seguro em um lugar que tem estabilidade. A crise sanitária nos fez perceber as perdas que poderiam ser evitadas.”



CONSUMO EXCESSIVO

Por outro lado, há um fenômeno batizado de “economia da vingança” ou “economia da compensação”, e que significa gastança. O mecanismo justificaria o consumo excessivo como

recompensa por meses de confinamento e poucas alegrias. Michels acredita que esse comportamento se repetirá no pós-pandemia “porque o consumo libera dopamina (neurotransmissor que produz motivação), dá prazer e o cérebro agradece.” É o momento do “eu mereço!”.

A psicanalista Vera Rita questiona. “Tenho dúvida se esse será um comportamento generalizado e se haverá renda suficiente para mantê-lo.” Ela acha que episódios isolados de filas em porta de lojas, como a da Zara, rede internacional de roupas, é explicado por outro mecanismo, o autocontrole, que é finito.

“A cada vez que uma pessoa sai de casa, ela tem que lembrar de lavar as mãos, usar máscara, álcool em gel, não tocar no rosto, se policiar de forma muito intensa. Estamos o tempo inteiro dizendo “não” para nós mesmos. O autocontrole pode se exaurir, por isso buscamos o alívio por meio do consumo.” Também explicaria a participação em aglomerações nas ruas e bares, sem máscaras, avalia ela.

O consenso entre os estudiosos se estabelece quando a abordagem é sobre o e-commerce, e todos concordam que ele veio para ficar. A manei-



“O brasileiro sai mais sensível a mecanismos de proteção do seu patrimônio, sua vida e de tudo que o seguro pode abraçar. A crise sanitária nos fez perceber as perdas que poderiam ser evitadas.”

Eduardo Terra, SBVC

ra de consumir migrou, por força do fechamento de portas das lojas físicas, para o universo online. Munido de dados da empresa de pesquisa Nielsen Company, Eduardo Terra diz que o Brasil tinha, antes da pandemia, 80% dos domicílios com acesso à internet, 230 milhões de smartphones e cerca de 150 milhões de contas de WhatsApp – “mais usados por cidadãos do que por consumidores.”

A quarentena alterou isso. No primeiro semestre, afirma Terra, sete milhões de brasileiros compraram pela internet pela primeira vez. “Se somar aos 10 milhões que tinham estreado no e-commerce no ano passado, são 17 milhões de novos consumidores digitais no último ano e meio. As pesquisas também mostram que, na maioria das vezes, essa é uma jornada sem volta. Ou seja, a pessoa compra, gosta e continua. No mínimo, fica no modelo híbrido de comprar uma parte no digital e uma parte em estabelecimentos físicos”, conclui o expert.



READAPTAÇÃO AO MERCADO

Para os vendedores de produtos e serviços de todos os segmentos, a alternativa no pós-Covid-19 será a readaptação ao mercado e busca por formas diferentes de apresentar os produtos. Michels exemplifica: na educação, cursos com aulas online; na gastronomia, sistema de entrega em domicílio. Segundo ele, o padrão de gastos não mudou na pandemia, mas passou a flutuar.

“Consumidores direcionaram os recursos para algo que, neste momento, consideram mais relevante. Mas querem voltar ao normal. O que é isso? Voltar a consumir e participar das mesmas coisas que faziam. Não foi o ser humano que mudou, foram os processos.” E sacramenta: “O consumismo não é consciente, é emocional. Compramos por emoção e justificamos com a razão.” Isso não muda.

São questões que terão respostas em 2021, após a vacinação em massa, segundo o economista Cunha. “A recuperação está se baseando, agora, no impacto positivo do auxílio emergencial e no início de uma recuperação do comércio e da indústria. Mas, no ano que vem, não haverá a participação intensa da renda oriunda do benefício temporário no consumo, como ocorreu neste



“A cada vez que uma pessoa sai de casa, tem que lembrar de lavar as mãos, usar máscara, álcool em gel, não tocar no rosto e se policiar. Estamos o tempo todo dizendo ‘não’ para nós mesmos.”

Vera Mello Ferreira, Vértice Psi

ano.” A expectativa é que, com a atividade econômica voltando a dar mais sinais de normalidade, os outros segmentos da sociedade ajudem a manter o crescimento, que não deve ser muito alto.

Do ponto de vista fiscal, diz Cunha, será um ano de incertezas, a relação dívida/PIB vai continuar crescendo, sem condições de aumentar a arrecadação ou investimentos. Mas, em comparação a 2020, será melhor, com crescimento positivo. A economia ficará refém da saúde ainda por um bom tempo.

“A perspectiva do retorno ao que seria a vida normal dependerá da vacina. Uma coisa é certa, hoje o distanciamento social é fundamental, e foi nisso que o Brasil falhou mais. Não houve lide-



“Consumidores direcionaram recursos para algo que, neste momento, consideram mais relevante. Mas querem voltar ao normal. Voltar a consumir e participar das mesmas coisas que faziam.”

Michels Rodrigues, ESPM

rança e colocação muito clara em relação a essa necessidade. A volta às atividades dependerá da capacidade de testar, massificar o uso de máscara e, claro, cumprir o distanciamento social.”

A pandemia evidenciou o melhor e o pior da sociedade. Para Vera, o individualismo, a polarização política, a indiferença ao outro foram, e ainda são, negativos. Mas ela também cita o outro lado: a solidariedade, as doações, a conscientização sobre o planeta, sobre a desigualdade e o racismo como dados positivos. “Para muita gente, é o momento de rever uma série de crenças, valores e posições. E, tomara, adotar as mudanças mais essenciais, de tolerância e olhar para a coletividade.” Que venha 2021!

SUSTENTABILIDADE: UMA PREOCUPAÇÃO MUITO ALÉM DA PANDEMIA

A transição da economia para um modelo que reduza os efeitos climáticos tende a se acelerar com a pandemia, reforçando a importância da cultura ambiental, social e de governança nas empresas.

Enquanto os cientistas trabalham freneticamente em busca de uma vacina que debele de vez a pandemia da Covid-19 e a transporte para os livros de história como o primeiro grande marco divisório do século 21, seu relativo arrefecimento vai permitindo a retomada gradativa das atividades econômicas e do debate dos grandes temas que preponderarão no ciclo que se inicia.

No mundo e, particularmente, em um Brasil assolado por uma inusitada onda de calor na transição inverno-primavera, com sucessivas quebras de recordes de temperatura em várias capitais, e por queimadas que têm assolado biomas vitais para a harmonia econômica e socioambiental da sociedade, já ficou claro que o pilar da sustentabilidade emergirá com força ainda maior.

A transição para uma economia de baixo carbono que reduza os efeitos das mudanças climáticas, ajudando a conter o aquecimento global, tende a se acelerar durante a difícil tarefa de superar os desafios em que mergulhou a economia brasileira e a mundial no rastro de mais de 36 milhões de infectados e mais de um milhão de mortos (dados da 1ª semana de outubro) deixado pelo vírus.

No universo corporativo, no qual se insere o mercado de seguros, a tarefa mais urgente é reforçar no DNA das empresas a consciência de que a cultura ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês) é parte intrínseca da estratégia de sobrevivência e expansão. Da veracidade e rastreabilidade das informações ESG que elas venham a fornecer ao mercado vai depender a atração de parte da imensa liquidez disponível para investimentos em projetos comprometidos com a sustentabilidade.



CONVERGÊNCIA DE PADRÕES

Na realidade, a crise tornou mais aguda uma preocupação que já vinha de muito antes. Em abril deste ano, quando a pandemia absorvia todas as atenções, a International Organization of Securities Commissions (IOSCO), organismo internacional que congrega cerca de 95% dos órgãos reguladores do mercado de capitais do planeta, como a brasileira Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançou o relatório “Sustainable Finance and the Role of Securities Regulators and IOSCO”.



“Embora haja várias discussões do ponto de vista macro de sustentabilidade em relação ao Brasil, do ponto de vista das finanças sustentáveis o País apresenta excelentes oportunidades de investimento.”

José Alexandre Vasco, CVM

O documento resultou de um ano e meio de trabalho, incluindo uma pesquisa na qual se constatou, entre outras coisas, forte preocupação dos órgãos reguladores e dos agentes do mercado com o excesso de padrões para divulgação de informações ESG e com a persistência das chamadas “greenwashings”, as informações divulgadas apenas com intuito de dar um “banho verde” nos dados da empresa repassados ao mercado.

A necessidade de uma maior convergência dos padrões, como forma de trazer mais transparência aos dados, foi destacada por 65% dos entrevistados na pesquisa. Promover mais transparência e prevenir “greenwashing” foram as maiores preocupações manifestadas. Como consequência do relatório, a IOSCO criou uma força-tarefa, da qual faz parte a CVM, com a missão de elaborar sugestões que contribuam para reduzir esse excesso de padrões, aumentando a proteção ao investidor em fundos sustentáveis e reduzindo o espaço para “greenwashing”. A força-tarefa deverá concluir seu trabalho no primeiro semestre de 2021.

O Superintendente da Área Técnica da CVM, José Alexandre Vasco, disse que “dada a movimentação da IOSCO, é importante que o Brasil não se precipite antes de um consenso global sobre essa metodologia de classificação”. Vasco citou o exemplo da China que decidiu criar e padronizar uma norma própria para definir “greenwashing”. Segundo ele, essa posição pode ser válida para um país com mercado gigante como o chinês, mas não faria sentido no Brasil, ao menos no momento atual de persistência dessa diversidade de classificações.

O executivo ressaltou que a CVM encabeçou, juntamente com outras instituições, como o Banco Mundial (Bird), a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) e a Agência Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, a criação, em 2017, do Laboratório de Inovação Financeira, que reúne cerca de 200 entidades e 600 pessoas divididas em quatro grupos de trabalho.

O mais recente desses grupos está focado justamente em riscos ESG, gestão de riscos ESG e transparência de informações. O grupo conta com a participação de instituições do mercado segurador e da indústria de previdência privada,

como CNseg, Susep, Previc, Abrapp e alguns fundos de pensão individualmente. “O objetivo é buscar um rumo para que haja tanto quanto possível um equilíbrio no nível de exigência em termos de transparência e gestão de risco entre mercados que são diferentes, mas muito ligados”, afirma Vasco.

Esse grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta de mudança da Instrução CVM nº 480, em processo de revisão e que deverá entrar em Audiência Pública brevemente, seguindo os trâmites desses processos de mudança das normas da Instituição. A Instrução 480 regula as informações periódicas a serem divulgadas pelos emissores de títulos de valores mobiliários.

Vasco disse ainda que é importante que se faça distinção entre sustentabilidade e finanças sustentáveis. “Embora haja várias discussões do ponto de vista macro de sustentabilidade em relação ao Brasil, do ponto de vista das finanças sustentáveis o País apresenta excelentes oportunidades de investimento”, afirmou.



ÁREA DE INFRAESTRUTURA

Essas oportunidades estão concentradas na área de infraestrutura, especialmente saneamento e energias renováveis. Citando dados de 2016, o dirigente da CVM disse que o Brasil precisaria de US\$ 1,3 trilhão de investimentos em infraestrutura até 2030 para cumprir seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

Não havendo perspectiva de que esses números sejam ao menos resvalados com recursos públicos, a alternativa que Vasco enxerga para viabilizar esses objetivos é a construção de um mercado eficientemente regulado para gerar confiança e atrair os capitais necessários.

O investimento necessário dividido por 15 anos representaria US\$ 86,7 bilhões anuais. O número corresponderia, por ano, a apenas 0,28% do estoque de US\$ 31 trilhões investidos em ativos sustentáveis no mundo, computados em 2018 pelo Global Sustainable Investment Alliance.

Em 2010, os números estavam em torno de US\$ 8,5 trilhões, o que significa um crescimento de 265% em uma década. Mas eles estão concentrados na União Europeia (ainda incluindo o Reino Unido), Estados Unidos, Japão, Canadá e Aus-



“O Banco precisa permanecer na fronteira em sua atuação, respondendo a choques e riscos, presentes e futuros, à evolução das demandas da sociedade e às mudanças estruturais da economia”.

Fernanda Nechio, Banco Central

trália/Nova Zelândia, nessa ordem. A América Latina nem aparece no gráfico.

No Brasil, o banco de dados da Organização Social de Interesse Público (Oscip) Sitawi Finanças do Bem registrava, no dia 9 de outubro, 61 operações de crédito sustentável desde 29 de maio de 2015, quando a BRF realizou a primeira delas, totalizando US\$ 10,02 bilhões. O número é extremamente acahado diante dos dados globais, mas vale ressaltar que oito dessas operações, totalizando aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, foram realizadas entre 2 de setembro e 2 de outubro deste ano.



PLANO AMAZÔNIA

Duas iniciativas anunciadas a partir de julho, justamente quando o combate à pandemia da



Covid-19 começou a trazer algum alento e a abrir espaço para projeções dos temas que vão liderar o debate e as ações no retorno à normalidade, apontaram claramente para a percepção das grandes financeiras do Brasil do quanto a sustentabilidade, nas suas três dimensões, estará cada vez mais na ordem do dia, balizando ordens de investimentos e de compras globais.

A primeira, no dia 22 de julho, partiu do setor privado. Os bancos Bradesco, Itaú e Santander, líderes do ranking financeiro privado brasileiro, anunciaram a criação do Plano Amazônia, um projeto integrado com o objetivo de “contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, conforme o texto do comunicado ao mercado divulgado pelo Itaú.

O plano, com dez medidas, está focado em três frentes de atuação: conservação ambiental e desenvolvimento da bioeconomia, investimento em infraestrutura sustentável e garantia dos direitos básicos da população da região amazônica. Entre as ações previstas estão estímulo às cadeias sustentáveis da região, como as do açaí, da castanha e do cacau, por meio de linhas de financiamento diferenciadas e/ou ferramentas financeiras

e não financeiras; viabilização de investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento socioambiental, como energia, internet, habitação, saneamento e transporte hidroviário; fomento a um mercado de ativos e instrumentos financeiros de lastro verde; e atração de investimentos e promoção de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a biotecnologia. Os três bancos, atentos às tendências globais de cada vez mais concentração de investimentos em projetos sustentáveis, como mostram os números acima, enfatizaram que, para a efetividade das ações propostas, “é fundamental que ocorra uma intensificação das medidas de proteção à floresta amazônica”, sendo por isso necessário que suas ações estejam alinhadas com as iniciativas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da região.



TRAVAS DE INVESTIMENTOS

Como desdobramento do anúncio do plano, no dia 1º de outubro as três instituições anunciaram a adesão à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma parceria criada por organiza-



“Há um movimento recente de investidores internacionais e de CEOs brasileiros cobrando ações concretas para combater o desmatamento. A Amazônia está no centro da nossa vantagem competitiva.”

Amaury Oliva, Febraban

ções ambientalistas e segmentos do agronegócio, voltada para a busca de soluções para problemas que estejam contribuindo para travar a atração de investimentos e o desenvolvimento dos negócios no País, entre eles, o desmatamento na Amazônia. Do lado do setor público, a contrapartida veio diretamente do Banco Central do Brasil (BCB), que divulgou, no dia 8 de setembro, a inclusão da dimensão Sustentabilidade na sua Agenda BC#, não deixando dúvidas quanto ao reconhecimento por parte da autoridade monetária de que o Brasil e o mundo transitam para uma economia de baixo carbono.

No discurso com que abriu a cerimônia de lançamento da nova dimensão da Agenda BC#, a Diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Nechio, disse que, para cumprir sua tarefa maior, de assegurar a

estabilidade dos preços e manter a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional, “o BCB precisa permanecer na fronteira em sua atuação, respondendo a choques e riscos, presentes e futuros, à evolução das demandas da sociedade e às mudanças estruturais da economia”.

Entre as muitas iniciativas e políticas que a nova dimensão trouxe para a agenda da autoridade monetária está a criação de uma linha financeira de liquidez sustentável e a inclusão de “critérios de sustentabilidade para a seleção de contrapartes na gestão das reservas internacionais e para a seleção de investimentos”.

Na realidade, a aceleração que se observa nas ações do setor financeiro, privado e público, voltadas para a sustentabilidade, resulta não apenas da premência que agora norteia o tema, mas também de um histórico de ações que remontam pelo menos, conforme linha do tempo apresentada pelo próprio BCB na cerimônia de lançamento da sua nova agenda, a 1995, com o lançamento do Protocolo Verde de Ações Voluntárias, inicialmente assinado por cinco instituições estatais.

Em uma dimensão mais ampla do mercado financeiro, a B3, ainda como Bovespa, lançou em dezembro de 2005 o seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), atualmente integrado por 36 ações de 30 empresas e em fase de reformulação.



ABORDAGEM SETORIAL

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que aparece na linha do tempo do BCB em 2014 com o lançamento do Protocolo de Responsabilidade Social e Ambiental, está convencida de que “questões ESG, ao lado das questões financeiras, deverão pautar a competitividade dos países nos mercados internacionais”, como disse, em entrevista à Revista de Seguros, o Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relação com o Consumidor e Autorregulação da entidade, Amaury Oliva.

Segundo o dirigente, dada a importância da iniciativa recentemente tomada por três dos seus associados em favor do desenvolvimento sustentável da Amazônia, acima reportada, a Febraban está avaliando potencializar as ações propostas pelas três instituições “em uma abordagem se-

torial”, devendo a temática ser discutida na Comissão de Sustentabilidade da entidade, formada por cerca de 30 bancos.

“Há um movimento recente de investidores internacionais e de CEOs de empresas brasileiras cobrando ações concretas para combater o desmatamento”, ressalta ele, que considera isso um indicativo claro de como as informações ESG serão cada vez mais decisivas na diferenciação das empresas pelos investidores, principalmente internacionais.

“Estamos convencidos de que a Amazônia está no centro da nossa vantagem competitiva”, disse, justificando a preocupação com as queimadas e o desmatamento na região, uma preocupação que é da maioria dos brasileiros, conforme constatado em recente pesquisa feita pela própria Febraban.

Mas, paralelamente a várias iniciativas em curso para fortalecer a consciência socioambiental por ele citada, o dirigente da Febraban concorda que o Brasil e o mundo precisam enfrentar o desafio da transparência e da harmonização das informações ESG como alternativa para ampliar a credibilidade dessas informações e combater as práticas de “greenwashing”. Oliva citou os esforços de várias instituições internacionais, como o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e o Global Reporting Initiative (GRI), em busca de solução para esse problema.



VISÃO INTEGRADA

Com 22 anos de história em busca de uma consciência empresarial sustentável no gerenciamento dos negócios, o Instituto Ethos avalia que houve avanços significativos ao longo dessas mais de duas décadas, incluindo soluções com foco na ecoeficiência, combate à corrupção e melhoria dos ambientes de trabalho, mas sente que ainda não se formou uma “consciência empresarial uniforme, uma visão integrada”, como ressaltou Ana Lucia Melo, Diretora-Adjunta da instituição.

“Temos o constante desafio de sensibilizar, mobilizar e demonstrar que a sustentabilidade é um imperativo e que as empresas precisam assumir uma posição com relação às implicações da sustentabilidade para seus negócios”, disse Ana Lucia. Para ela, essa falta de cons-



“Temos o constante desafio de sensibilizar, mobilizar e demonstrar que a sustentabilidade é um imperativo e que as empresas precisam assumir uma posição com relação às implicações para seus negócios.”

Ana Lucia Melo, Instituto Ethos

ciência se expressa no desconhecimento do quanto a sustentabilidade gera de valor para os negócios e para a sociedade.

A persistência desse desafio, acrescenta, tem como maior aliado o modelo secular da busca de resultados de curto prazo, com foco exclusivo no retorno financeiro. “Estamos falando de quebra de paradigmas. É preciso entender as questões de forma interdependente e propor caminhos e soluções que sejam sistêmicos”.

Para a executiva, será essa tomada de consciência que inibirá a ainda persistente presença de informações “greenwashing”. “Entendo que as empresas que pensam e agem assim vão ser penalizadas à medida que houver maior consciência de seus públicos (investidores, consumidores etc.), o que ainda está em processo de consolidação”.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EFEITOS CADA VEZ MAIS EVIDENTES

O Professor Carlos Nobre, uma das vozes mundialmente respeitadas quando se trata de assuntos meteorológicos e climáticos, não tem dúvidas: a Terra está vivendo, antes do previsto, efeitos cada vez mais evidentes das mudanças climáticas provocadas pelas emissões de gases do efeito estufa em decorrência das atividades humanas.

Extremos climáticos como secas, inundações, ondas de calor, ressacas mais severas e furacões mais fortes são cada vez mais frequentes e responsáveis por desequilíbrios como a fragilização da vegetação pelas secas e calor e a consequente proliferação de incêndios em várias partes do mundo, incluindo o cerrado brasileiro, até o Pantanal, e a floresta tropical úmida da Amazônia. Tudo isso, segundo o cientista, são evidências claras dessas mudanças.

“Mudanças climáticas são o mais sério desafio que a humanidade jamais enfrentou. E muitas delas estão chegando mais cedo do que o projetado, aumentando rapidamente a percepção do risco por parte da humanidade”, destacou.

O remédio, destaca o cientista que por muito tempo comandou o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do INPE e que segue em atividade no Instituto de Altos Estudos da USP, é apressar também as me-

didias de combate às emissões dos gases do efeito estufa de modo a zerá-las até a metade deste século e evitar que a elevação da temperatura do planeta, que já chegou a 1,1°C, não passe de 2°C, como prevê o Acordo de Paris – ou, idealmente, não passe de 1,5°C.

O Brasil, segundo Nobre, tinha conquistado protagonismo internacional ao assumir no Acordo de Paris a meta de reduzir em 43% as emissões em 2030, na comparação com 2005, tendo como principal trunfo o compromisso de praticamente zerar o desmatamento na Amazônia no mesmo horizonte de tempo. Só que, nos últimos anos, especialmente em 2019 e 2020, estaria tomando uma trajetória inversa, com aumentos anuais na casa dos 30% desse desmatamento.

No universo empresarial, o cientista vê posições antagônicas, com um segmento crescentemente mais consciente, inclusive no agronegócio, buscando direcionar investimentos com base em parâmetros sustentáveis, como rastreamento, se alinhando a pressões positivas de fundos de investimentos.

“Por outro lado, ainda existe um setor do agronegócio bastante conservador e a favor da contínua expansão das fronteiras da pecuária e da agricultura de grãos. Esse grupo atua politicamente para induzir o Congresso Nacional a legalizar permanentemente desmatamentos ilegais do passado, inclusive grilagem de terras”, concluiu.



“Mudanças climáticas são o mais sério desafio que a humanidade jamais enfrentou. E muitas delas estão chegando mais cedo do que o projetado, aumentando muito a percepção do risco por parte da humanidade.”

Carlos Nobre, USP



O RESSEGURO PARA COBRIR O RISCO LOCAL DESCOBERTO

Com os desastres de origem climática em trajetória crescente no mundo, a Global Federation of Insurance Associations (GFIA) vem desenvolvendo estudos e orientações com vistas a contribuir para uma ação positiva da indústria do seguro, visando à adaptação das sociedades aos efeitos das mudanças e à mitigação dos riscos incorridos.

Uma dessas formas de mitigação que o mercado segurador está apto a fazer, de acordo com a entidade global, é a cobertura, via resseguro internacional, de riscos que possam não estar cobertos localmente, desde que o mercado onde ocorreu o sinistro esteja acessível internacionalmente para que a operação possa se viabilizar.

Segundo dados da ONU citados pelo Instituto Ethos, a região da América Latina e Caribe, a mais propensa globalmente a eventos extremos, como cheias, secas, inundações e terremotos, enfrentou de 2000 a 2019 um total de 1.205 catástrofes que afetaram 152 milhões de pessoas. Apenas em 12 inundações, os prejuízos somaram US\$ 1 bilhão.

De acordo com a GFIA, globalmente o número de eventos provocados por mudanças climáticas triplicou desde a década de 1980, gerando crescente preocupação. A entidade ressalta que os riscos decorrentes desses eventos vêm

há muito tempo sendo trabalhados pela indústria seguradora que os encara como “desafios e oportunidades”, pelo lado dos negócios, e como “bastante preocupantes” pelo lado dos efeitos sobre os biomas e as populações.

Para além das perdas que seguem crescentes em decorrência dessas catástrofes e das suas causas, incluindo concentrações populacionais em áreas de risco, a entidade global do mercado segurador manifesta preocupação

especialmente com o fato de que “as temperaturas estão subindo mais rápido do que o esperado” e com “a alarmante perda da biodiversidade”, fazendo da mudança climática “um importante risco de longo prazo para a saúde pública”.

A indústria de seguros encara os riscos climáticos como desafios e oportunidades, pelo lado dos negócios, e como bastante preocupantes pelo lado dos efeitos sobre os biomas e as populações.

REESTRUTURAÇÃO REGULATÓRIA É UM MARCO PARA O MERCADO DE SEGUROS

Mudanças contam com o total respaldo do Ministério da Economia e estão alinhadas com a estratégia da atual Superintendência da Susep que visa à desregulamentação e à desburocratização

É possível que a história do mercado de seguros seja, no futuro, dividida entre o antes e o depois de 2020. Esse marco não tem como único pilar a pandemia de coronavírus que abalou o planeta, modificou pilares da ordem mundial e transformou hábitos e desejos das sociedades, também aqui no Brasil. Paralelamente a esse processo, está ocorrendo uma profunda reestruturação regulatória no setor, considerada uma das maiores da história.

Essas mudanças têm pelo menos uma característica pouco comum desde a criação da autarquia, há mais de 50 anos: vem com o total respaldo do Ministério da Economia, alinhamento que é reforçado pelo fato de a Superintendente da Susep, Solange Vieira, ter sido uma escolha pessoal do Ministro Paulo Guedes. “Ela é experiente em regulação econômica e há uma perfeita correspondência entre o que a Superintendente faz e o ideário do Ministro, focando a liberalização, desregulamentação e desburocratização da atividade regulatória”, acentua o Presidente da CNseg, Márcio Coriolano. Nesse contexto, a atual gestão da Susep já tem

uma marca relevante, que é a extinção de 159 normas. O “revogaço” de normas foi uma sinalização importante das intenções da autarquia. Outro destaque é o perfil da Diretoria. A própria Solange Vieira tem longa experiência na área regulatória, tendo comandado o fundo de pensão do BNDES, a Previc, e a ANAC. Ela também trouxe uma equipe experiente em regulação setorial, embora apenas um dos diretores tenha atuado diretamente no mercado de seguros. É elogiável ainda a opção pela forma de regular com base na conduta, com a significativa redução das normas que vinham ancorando o mercado com base na estrutura dos produtos. Então, como declarado sistematicamente pela Susep, o binóculo do regulador foi direcionado para a solvência e para a observância do mercado com relação aos novos normativos liberalizantes de produtos.



SOLVÊNCIA E NORMAS

A Susep vem enxugando as normas por ramos de produtos e estabelecendo outras para a conduta das empresas e o atendimento ao consumidor.

A autarquia sinaliza ainda que vai se especializar em regular o atendimento a essas duas questões: solvência e observância das normas. “As prioridades neste momento são os seguros de danos e de responsabilidades. Depois, será a vez dos massificados, na mesma direção de desregulamentar ao máximo a atividade e permitir a oferta maior de produtos. Falta prioridade para os seguros de pessoas”, observa Coriolano.

Outro ponto relevante é a intenção de ampliar a competição, especialmente para melhor acolher pequenas e médias seguradoras. Já houve avanços importantes, como as regulamentações para o Sandbox, com redução dos requisitos regulatórios de capital e de solvência e de aprovação de produto; e a Resolução 389/20, que define modelos simplificados de cálculo de capital baseado em risco. “As regras de proporcionalidade eram algo que o mercado vinha pedindo há muito tempo. A Susep reduziu a régua de regulamentação de acordo com o porte das empresas e regulamentou quatro segmentos, com requisitos diferentes de capital, solvência e para a aprovação de produtos. Com o tempo, isso vai dar um espaço diferen-



“Há um ‘pecado original’ na norma do sistema de registro de operações: a criação de um ente privado, que é a registradora, como braço auxiliar da Susep; algo que precisa ser muito bem regulamentado para que se evite, inclusive, um novo negócio lucrativo com base em informações pessoais.”

Marcio Coriolano, CNseg

ciado para a competição de pequenas e médias seguradoras e ampliação do mercado”, salienta.

O setor segurador também vê com bons olhos a Circular 613, de 2020, que prevê, a partir de janeiro de 2021, que os consumidores de produtos das entidades supervisionadas deverão registrar suas reclamações no portal consumidor.gov.br. A avaliação é de que a medida vai desengarrar bastante o atendimento pela Susep, que não tem estrutura para lidar com tantas reclamações. Conforme esclarecimentos da autarquia, outros setores já vêm procedendo assim, o que teria criado escala e especialização adequada pelo portal. Independente disso, a nova distribuição de responsabilidades reservou para a Susep as denúncias de consumidores sobre atividades anticoncorrenciais, fraudes e outros atos nocivos ao mercado.

A CNseg acredita que, cumprido o ciclo dos produtos de danos, responsabilidades e resseguros, a Susep vai se dedicar aos seguros de pessoas. Quando isso ocorrer, a expectativa é de que sejam atendidas demandas técnicas do setor, inclusive para a retomada de projetos como a regulamentação do “Vida Universal Life”, que está praticamente pronto há muito tempo, restando referendar apenas o seu tratamento fiscal.

No caso do Sistema de Registro de Operações (SRO), embora o propósito declarado seja melhorar a eficiência e transparência do mercado, sua implementação ainda gera um nível elevado de insegurança. “Há um ‘pecado original’ na norma do sistema de registro de operações: a criação de um ente privado, que é a registradora, como braço auxiliar da Susep; algo que precisa ser muito bem regulamentado para que se evite, inclusive, um novo negócio lucrativo com base em informações pessoais. Isso, sem falar que não há o amparo, por lei, que estabeleça a obrigatoriedade do registro eletrônico de operações por um terceiro ente. No sistema financeiro, por exemplo, essa previsão é clara”, assinala Marcio Coriolano. A CNseg oficializou a Susep sobre o que entende serem os gargalos existentes até agora e suas soluções. No documento enviado antes da celebração do convênio da Susep com as registradoras, ocorrida no começo de outubro, alertava-se para definições sobre a política de segurança e preservação do sigilo das informações; sobre trocas de

informações entre as registradoras; a respeito da definição de critérios, pela Susep, de identificação de operações atípicas a cargo das registradoras e sobre mecanismos que incentivem a concorrência entre as registradoras. Mais recentemente, a Susep colocou em consulta pública um normativo pelo qual pretende endereçar a solução das questões oferecidas pela Confederação.

A questão do duplo pagamento, a taxa de fiscalização à Susep e o preço que cada registradora cobrará pelo serviço também constam das preocupações porque baterão no bolso do consumidor, que, afinal de contas, sustenta todo o sistema. “Nossa esperança é de que os ajustes para fechar brechas em um projeto de tamanha magnitude ocorram de forma célere”, ressalta Marcio Coriolano.



As mudanças permitirão conjugar mais ramos em uma só apólice, com solução única para as demandas do cliente. É um novo universo de possibilidades, com coberturas que ainda faltam aqui.”

Thisiani Martins, FenSeg



GRANDES RISCOS

A forte evolução regulatória implementada pela Susep tem entre seus primeiros alvos as novas regras para os seguros massificados e os de grandes riscos. A intenção é ampliar a oferta de produtos e dar ao setor liberdade para desenhar contratos e clausulados, o que permitirá melhor definição das necessidades dos clientes.

“Muitas empresas internacionais fazem parte de programas globais, pois a matriz tem clausulado específico lá fora, desenhado de acordo com as necessidades daquela operação. Nós temos conseguido atender, mas os clientes ficarão mais confortáveis se o clausulado local no Brasil estiver alinhado com o de outros lugares onde as empresas atuam”, enfatiza a Presidente da Comissão Patrimonial de Grandes Riscos da FenSeg, Thisiani Martins, acrescentando que as mudanças são desafiadoras, pois o mercado está acostumado à regulação.

“As mudanças permitirão conjugar mais ramos em uma só apólice, com solução única para as demandas do cliente. É um novo universo de possibilidades, com coberturas que já existem lá fora e ainda faltam aqui”, frisa Thisiani Martins.

Já a Vice-Presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, Magda Truvilhano, afirma que as mudanças trarão simplificação aos produtos, flexibilização da regulação, maior liberdade e a segregação entre grandes riscos e massificados. “A flexibilização pode aumentar o leque de produtos oferecidos, o que permitirá mais inovação e promoverá negociações com mais flexibilidade. É um modelo disruptivo e um marco para o setor”, afirma.

Magda projeta a criação de produtos voltados para os diversos tipos de consumidores e de diversas classes sociais, permitindo seguros mais acessíveis em termos de preços e mais customizados para atender aos diversos tipos de perfis segurados. Com isso, o consumidor será beneficiado com a oferta de novos produtos, mais acessíveis em termos de preços e mais customizados para atender aos diferentes tipos de perfis.

CENÁRIO FAVORÁVEL

A Diretoria da Susep aposta no sucesso da desregulamentação. Segundo a Superintendente da autarquia, Solange Vieira, as mudanças em andamento trarão maior liberdade para o mer-



“A flexibilização pode aumentar o leque de produtos oferecidos, o que permitirá mais inovação e promoverá negociações com mais flexibilidade. É um modelo disruptivo e um marco para o setor.”

Magda Truvilhano, FenSeg

cado e, consequentemente, vão criar um cenário favorável para um intenso e sustentável desenvolvimento do setor.

Ela destaca que todas as medidas que vêm sendo aprovadas vão ao encontro da Lei 13.874/20, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e a garantia de livre mercado. “Essa lei estabelece, entre outros

pontos, que o setor privado estabeleça suas regras”, lembrou Solange Vieira em um webinar realizado pela Susep.

No mesmo evento, o coordenador de Grandes Riscos e de Resseguros da Susep, Diogo Ornellas, explicou que as novas normas referentes aos seguros de grandes riscos seguirão um rumo totalmente diferente do que era percorrido até

agora. “Antes, as regras eram prescritivas. Agora, há a demanda pela flexibilização no grande risco, em aderência à lei de liberdade econômica. O viés é menos prescritivo”, frisou o técnico.

Já o Diretor da Susep, Danilo Moura, anunciou que, até 2023, toda a regulação do mercado de seguros será simplificada para que se crie “um ambiente favorável à concorrência”.



APOIO NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Segundo a Diretora da Secretaria Executiva do Ministério da Economia, Kelvia Frota de Albuquerque, a melhoria regulatória é um fator-chave para um melhor ambiente de negócios e geração de mais empregos e de renda.

“A adoção de boas práticas regulatórias ou medidas de melhoria regulatória (dentre elas, a AIR - Análise de Impacto Regulatório) contribui para o acirramento da concorrência, redução da economia informal, estímulo à inovação, melhoria da qualidade dos produtos, incentivo ao empreendedorismo, aumento da competitividade e crescimento econômico”, explica.

Para ela, a utilização da AIR pela Susep, a partir de outubro de 2021, se insere no rol de benefícios advindos da

adoção obrigatória dessa ferramenta, estabelecida pelo Decreto 10.411/20. Mas lembra que essa obrigatoriedade não se aplica às propostas de normativos que, na data de produção de efeitos do decreto, já tenham sido submetidas à consulta pública ou a outro mecanismo de participação social.

Kelvia avalia que a AIR vai melhorar a qualidade da regulação e garantir robustez técnica ao processo decisório, permitindo uma reflexão sobre o que deve ser feito antes que se opte, automaticamente, pela edição de mais normativos sem a avaliação prévia de custos, efeitos e consequências.

AVANÇO CHINÊS NA REGIÃO NÃO AMEAÇA COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA

*Especialistas avaliam que a importância do comércio bilateral do Brasil com o país vizinho
independe da estratégia chinesa para a região.*

O incremento dos investimentos chineses na América Latina, aliado à forte redução do comércio bilateral Brasil-Argentina, provocou este ano uma dupla mudança nos rankings de comércio exterior das duas principais economias sul-americanas. De um lado, a China superou o Brasil como principal parceiro dos argentinos. De outro, a Argentina deixou de ser um dos três maiores importadores de produtos brasileiros.

Para o Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo (Camarbra), Federico Servideo, porém, a aproximação da China com os platinos em nada ameaça a tradicional parceria entre os dois maiores sócios do Mercosul. A opinião é compartilhada por Regina Nunes, sócia fundadora da Consultoria RNA Capital e ex-Presidente da S&P Global Ratings no Brasil e na Argentina. Ambos avaliam que a importância do comércio bilateral independe da estratégia chinesa para a região.

As trocas comerciais do Brasil com a terra do Papa vêm em queda livre desde o ano passado, quando as exportações para lá caíram 34% em re-



“A Argentina precisa de dólares para equacionar sua economia, enquanto a China tem capacidade de investimento e precisa de produtos primários. Então, os dois países tendem a se complementar.”

Federico Servideo, Camarbra

lação a 2018, em razão da crise econômica local. Mas a chegada do coronavírus agravou o cenário: de janeiro a agosto deste ano, a corrente de comércio entre os dois países desabou 28,3% em relação a igual período de 2019, com forte recuo tanto nas exportações brasileiras (-25,5%) quanto nas importações (-31,1%). Nos oito primeiros meses do ano, as vendas de automóveis e autopeças do Brasil para a Argentina ficaram abaixo de US\$ 1,5 bilhão; no mesmo período de 2018, eram o triplo. Os carros de passeio são, de longe, o principal produto de exportação do Brasil para a Argentina, com 20% de participação em 2019.



DE VENTO EM POPA

Enquanto isso, o comércio Argentina-China vai de vento em popa. Em abril último, o país vizinho exportou US\$ 509 milhões para o gigante asiático, sobretudo soja e carne bovina, uma alta de 50% sobre igual mês do ano passado; já para o Brasil vendeu US\$ 393 milhões, um recuo de 57% em relação a 2019. Em junho, as exportações argentinas para a China cresceram 52%; para o Brasil, despencaram 49%.



“A relação da China com a Argentina e com toda a América Latina vem crescendo há muito tempo. A aproximação entre os dois países não ocorre em detrimento das relações brasileiras com a Argentina nem com a China.”

Regina Nunes, RNA Capital

Segundo Federico Servideo, da Camarbra, os investimentos chineses na América Latina integram uma estratégia geopolítica para obter fontes de energia e alimentos. Da Argentina, Pequim importa grãos (basicamente soja) e, em troca, desenvolve projetos como uma central nuclear na região de Buenos Aires e um observatório espacial na Patagônia, além de criar porcos em território argentino para consumo na China. “Há um interesse mútuo, mas para a Argentina é também questão de necessidade. O país tem tido muita dificuldade para acessar os mercados de financiamento, e a China é uma boa fonte de recursos”, diz Servideo. Ele lembra que, além de problemas crônicos como o déficit público centenário e a moeda fraca, a Argentina vive há anos uma crise aguda, que a levou a contrair um empréstimo de US\$ 57 bilhões com o FMI, em 2018. “A Argentina



precisa de dólares para equacionar sua economia, enquanto a China tem capacidade de investimento e precisa de produtos primários. Então, os dois países tendem a se complementar.”

Regina Nunes, da RNA Capital, vai na mesma linha. “A relação da China com a Argentina e com toda a América Latina vem crescendo há muito tempo. E, fora a soja, que nós também produzimos, os negócios chineses na Argentina, como a central nuclear e o observatório espacial, são coisas que não interessam ao Brasil. A aproximação entre os dois países não ocorre em detrimento das relações brasileiras com a Argentina nem com a China.”



ESPAÇOS DIFERENTES

Da mesma forma, os dois negam que a aproximação China-Argentina represente ameaça ao comércio entre Brasil e Argentina. “Seria muito simplório dizer que a relação Brasil-Argentina se reduz por causa dos investimentos chineses na Argentina. Não é que a China esteja crescendo no espaço do Brasil. São espaços diferentes”, argumenta Servideo.

Para Regina Nunes, o fato de a relação girar principalmente em torno da venda de automóveis brasileiros para a Argentina é que explica a queda na corrente comercial este ano, em razão da pandemia. “Com menos gente comprando carro, não é de estranhar que o setor automotivo tenha sido afetado e que haja menos trocas comerciais”, afirma.

Na opinião de ambos, o comércio bilateral tende a voltar à normalidade após o fim da pandemia. “O carro brasileiro é muito apreciado pelos argentinos”, lembra Servideo. “A Argentina precisa do Brasil para resolver seus problemas. Para isso, precisa exportar mais para o país, mas também importar mais.”

O Presidente da Camarbra não crê que as diferenças ideológicas entre os presidentes Alberto Fernández e Jair Bolsonaro sejam um empecilho: “O distanciamento ideológico não ajuda, mas também não atrapalha.”

Segundo ele, nem o esfriamento da relação comercial com o Brasil nem a aproximação com a China impactam de maneira significativa o mercado de seguros argentino. “O setor é pouco afetado pela variação do comércio exterior. O impacto é muito colateral e bem menos relevante do que para outros setores”, explica.

Para Regina, o comércio Brasil-Argentina pode voltar a um equilíbrio, já que as ligações são estreitas. “O caminho natural é que isso se rearrume, porque no comércio exterior as economias são complementares.”

Ainda segundo a especialista, os chineses também não vão deixar de comprar do Brasil – a China foi o destino de 33% das exportações brasileiras no primeiro semestre deste ano. “O Brasil é um dos países líderes na produção das commodities. A China precisa dos nossos produtos”, resume.

CRIAÇÃO DE ALÍQUOTA ÚNICA PODE ENFRAQUECER O SETOR DE SERVIÇOS

Mudanças na tributação do setor que gera 70% do PIB impactariam também o mercado de seguros, que hoje paga alíquota menor que os 12% propostos.

Várias propostas de reforma tributária tramitam atualmente no Congresso Nacional. Entre elas, a PEC 45/2019, que propõe a unificação de impostos federais (PIS, Cofins e IPI), estadual (ICMS) e municipal (ISS) e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); e a PEC 110/2019, que unifica os impostos federais (PIS/Cofins), originando a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), um imposto do tipo valor agregado (IVA).

Especialista em Economia do Instituto Millenium, Sérvulo Dias Silva, diz que a criação do IBS com uma alíquota única de 12% pode enfraquecer o setor de serviços, que responde por 70% do PIB, o que traria um grande impacto para o setor de seguros. “Diferentemente da indústria, o setor de serviços não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra. Por isso, não tem espaço para abater os impostos em fases anteriores da produção. A proposta do Governo traria um grande impacto para o setor segurador, pois a alíquota unificada é maior do que a paga pelo setor hoje”, avalia.

Para o professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e investigador do CAPP/Uni-



“A proposta do Governo (de alíquota unificada de 12%) traria um grande impacto para o setor segurador, pois a alíquota unificada é maior do que a paga pelo setor hoje.”

Sérvulo Dias Silva, Instituto Millenium



“Esse regime valerá para as empresas, enquanto bancos e seguradores ficam no mesmo regime atual. Essa reforma tornaria ainda mais complexo o pagamento de contribuições.”

José Roberto Afonso, IDP e Universidade de Lisboa



“Quando se tributa menos serviços do que mercadorias, está se tributando menos o consumo do rico do que o do pobre. Uma alíquota uniforme reduziria a regressividade do sistema tributário.”

Bernar Appy, Centro de Cidadania Fiscal



“Acreditamos que um imposto sobre bens e serviços (com a participação e controle de todos) é o caminho mais adequado para dar transparência na arrecadação e na distribuição do tributo”.

Glademir Aroldi, CNM

versidade de Lisboa, José Roberto Afonso, a CBS mudaria a apuração para ser imposto contra imposto. “A conta seria o valor devido, descontado o que já foi pago embutido nas compras. Esse regime valerá para as empresas, enquanto bancos e seguradores ficam no mesmo regime atual. Essa reforma tornaria ainda mais complexo o pagamento de contribuições”, informa Afonso.

Ele acrescenta que haveria uma “enorme confusão”, porque as empresas compram seguros e as seguradoras compram bens dessas empresas. “O ônus iria além da diferença de alíquotas e passaria a ser mais confuso e caro pagar impostos depois da reforma do que no atual sistema”, afirma. Na opinião de Bernar Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, ainda não foi definido como será o modelo para serviços financeiros e seguros. “Nós achamos muito interessante o modelo australiano, que prevê que no pagamento dos prêmios haveria um débito para a seguradora e crédito para o contratante do prêmio”.

Ele explica que, no pagamento do sinistro para pessoa física, haveria o crédito para a seguradora e, se fosse para pessoa jurídica, a alíquota seria zero nessa operação (diferença entre o que a seguradora recolhe e o que o segurado recupera de crédito). “O modelo deveria ser adotado desde que houvesse o fim do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).”



CONSUMO DE SEGUROS

Na avaliação de Appy, em qualquer cenário, mesmo no de uma reforma tributária conservadora, o efeito de aumento da demanda da renda das famílias deve ser superior a 10%, o que estimularia o consumo de seguros. “Isso resulta em aumento de demanda de seguros que certamente será positiva”, prevê.

E se houver uma oneração para o setor de seguros, haverá uma redução do consumo, conforme explica Afonso. Ele destaca que, como qualquer atividade em economias capitalistas, o contribuinte tentará repassar o maior ônus tributário a seus clientes, o que tende a encarecer os prêmios dos seguros. “Quando adquiridos por empresas e se não mudarem as regras na regulamentação, como fizeram depois de criado o regime não-cumulativo do PIS e Cofins, essa sobrecarga será recuperada na apuração do IVA”.



Porém, se os seguros forem comprados por famílias, governos e entidades sem fins lucrativos, haverá um aumento de seus custos, o que para ele é uma contradição. “Mais do que nunca, o País precisa de poupança para financiar seus investimentos, e o seguro é uma forma excepcional de se poupar para o futuro.”

Visão similar é compartilhada por Sérvulo Dias Silva. Ele ressalta que a penetração de seguros entre os brasileiros ainda é muito baixa, comparada à de outros países, e esse cenário vem se revertendo aos poucos nos últimos anos como resposta ao bom trabalho realizado pelo setor, que vem trazendo muita inovação para o mercado. “No entanto, todo esse trabalho estará ameaçado e podemos ter um declínio no mercado de seguros, em razão de uma demanda menor em resposta ao custo mais elevado, caso o setor não consiga absorver esse impacto tributário”.



FORMATO DA TRIBUTAÇÃO

Nos últimos anos, a carga tributária no Brasil tem oscilado entre 33% e 35% do PIB. Há uma discussão em torno de quem deveria ser onerado e desonerado numa reforma tributária mais justa,

que, na opinião de Afonso, deveria ser definida por políticos e a opinião pública. “Não se sabe ao certo quem paga impostos hoje e quanto paga. A economia mudou radicalmente, a pandemia criou novas exceções, que devem virar o ‘novo normal’, e não se conhecem ainda os diagnósticos atualizados”.

Appy comenta que, pelo sistema tributário atual, o consumo das famílias de alta renda é menos tributado do que o consumo das famílias de baixa renda, exatamente por conta da menor tributação de serviços. “Quando se tributa menos serviços do que mercadorias, está se tributando menos o que o rico consome e mais o que o pobre consome. A adoção de uma alíquota uniforme de serviços reduziria a regressividade do sistema tributário atual”. Silva defende que o sistema tributário ideal, em relação à equidade vertical, é aquele construído sob a lógica da progressividade, em que as camadas sociais mais abastadas, com maior capacidade contributiva, devem ser mais oneradas do que as camadas mais vulneráveis. Já na equidade horizontal, o pilar principal é evitar quaisquer tipos de arbitrariedades ou assimetrias no tratamento tributário dado a diferentes setores econômicos. “No Brasil é comum e corrente o uso de desonerações, regimes especiais, isenções e incentivos

aplicados de maneira discricionária a setores econômicos específicos, majoritariamente àqueles mais próximos ao centro de poder, com maior capacidade de exercer influência política via atividade lobista. O tratamento diferenciado pode causar concentração de mercado, limitação à concorrência e efeitos danosos nos preços aos consumidores. O caminho para a redução da carga tributária passa pela redução do tamanho do Estado”.

Com a alíquota unificada, a arrecadação passaria a ser feita pela União que repassaria os respectivos percentuais a estados e municípios. No seminário técnico “A visão do movimento municipalista sobre a Reforma Tributária”, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Presidente da entidade, Glademir Aroldi, disse que os municípios apoiam uma reforma que não gere perdas para as receitas municipais.

“O que discordamos é de propostas fragmentadas. Acreditamos que um imposto sobre bens e serviços, com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de forma paritária no controle, na administração e na fiscalização desse tributo, é o caminho mais adequado, trazendo transparência na arrecadação e na distribuição do tributo”.

BANDEIRAS DO MERCADO SEGURADOR

A CNseg defende a simplificação do modelo tributário vigente para eliminar questões nas regras em vigor que levam à alta judicialização, onerando as empresas. Para Marcio Coriolano, Presidente da Confederação, o texto das propostas em tramitação, em especial o da PEC 45 (na Câmara) e o da PEC 110 (no Senado), deveria ser claro para não deixar dúvidas quanto à incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) sobre as operações do setor de seguros.

“É preciso estabelecer uma base de cálculo diferenciada, com a exclusão dos sinistros pagos e a isenção do IBS para alguns tipos de seguro, como o de vida, por exemplo, por seu importante papel de proteção social, alinhado com o que é praticado em outras jurisdições”, defende Coriolano.

Outra bandeira defendida pelo setor é a geração de créditos de todos os insumos consumidos pelas seguradoras. “Esses créditos poderão ser abatidos do IBS devido pelas seguradoras, entidades de

previdência, operadoras de saúde e empresas de capitalização sobre suas operações, reduzindo o impacto ao consumidor final. E que também seja extinto o IOF incidente sobre as operações do setor”, propõe.

Atualmente, a alíquota incidente sobre as operações do setor é de 5,8%. Entretanto, ele não pode se apropriar dos créditos da CBS incidente sobre outros bens e serviços utilizados em sua operação. Da mesma forma, o CBS incidente sobre o



“A CNseg está avaliando o encaminhamento de propostas que visam manter a tributação do setor nos níveis atuais, minimizando o impacto para o consumidor final.”

Marcio Coriolano, CNseg

seguro não gera crédito para o segurado. “O aumento de 1,15 p.p. não parece atingir o objetivo da neutralidade tributária. Ainda mais se levarmos em conta que os ‘insumos’ do setor também terão a carga tributária majorada para 12%, sem possibilidade de nos creditarmos”.

Na avaliação de Coriolano, qualquer aumento da carga tributária, que não puder ser absorvido pelas empresas e, conseqüentemente, que seja repassado ao preço cobrado, é um fator que inibe o consumo. “Quanto maior o preço, menor a propensão à compra do bem ou serviço. Dessa forma, será prejudicial ao consumidor de seguros o aumento da carga tributária, caso o mesmo seja repassado em todo ou em parte ao cliente final”.

Ele informou que o setor está analisando os impactos da reforma em seus diversos segmentos, uma tarefa que, segundo ele, não é simples, pois faltam informações por parte da Receita Federal, e há uma grande diversidade de operações no setor de seguros. “A CNseg está avaliando o encaminhamento de propostas que visam manter a tributação do setor nos níveis atuais, minimizando o impacto para o consumidor final”, conclui.



POR QUE O BRASIL PRECISA DA REFORMA?

- Apesar de estar entre os 30 países de maior carga tributária do mundo, o Brasil tem o menor Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes). Os países mais bem colocados são: Irlanda, Austrália e Suíça.
- Em matéria tributária, foram editadas mais de 400 mil normas, ou seja, mais de duas por hora, apenas nos dias úteis. Além disso, cerca de 52 regras tributárias são alteradas a cada dia útil.
- O Brasil é o país onde as empresas mais gastam tempo para apuração e pagamento de tributos: são necessárias 1.501 horas por ano para que os empresários brasileiros consigam pagar seus compromissos com o Fisco. Entre os países da OCDE, o tempo médio é de 159 horas por ano.
- Entre 190 países avaliados, o Brasil ocupa a 124ª posição, considerando dez indicadores para analisar o cenário de negócios, como o custo para se abrir um negócio e a dificuldade para obter eletricidade ou para pagar impostos. Em 2018, o país estava na 109ª colocação.

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

ENSINO ONLINE POTENCIALIZOU AS DESIGUALDADES SOCIAIS DOS ALUNOS

Dados do IBGE de 2018 já mostravam que 17% da população não tinha acesso à internet banda larga, situação que deve ter piorado com o aumento do desemprego.

A pandemia trouxe, em diferentes situações, a necessidade de adaptação a novos meios de sobrevivência e de cuidados e nos deu, em escala mundial, o desafio do isolamento social. Um dos efeitos está na forma como estudantes, professores e também pais de alunos precisaram se adaptar a formatos de aprendizado que, apesar de já existirem, como o Ensino a Distância, deixaram à mostra a desigualdade e os entraves que podem gerar abismos sociais ainda maiores. Afinal, a ausência de recursos para acesso a redes móveis são impedimentos reais, como mostram estudos de importantes entidades e centros de pesquisa. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra a dimensão do problema, que compromete pessoas e instituições de ensino. Em 2018, 17% da população não tinha acesso à internet banda larga, 3G ou 4G em casa (35 milhões de domicílios). Levando em conta os estudantes da pré-escola à pós-graduação sem internet em casa, o estudo baseado em dados do IBGE mostra que 6 milhões de estudantes e 5,8 milhões de instituições de ensino não têm acesso à internet. O problema é maior nas faixas de es-

tudantes da pré-escola (15%) e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (16%).

“Os dados são de 2018 e certamente hoje o problema é ainda maior, pois houve aumento de desempregados e falta de renda para a família manter um pacote de dados no orçamento. A situação atual tende a ampliar as desigualdades e há que se pensar em articulações em diferentes níveis de Governo para garantir o acesso ao ensino remoto”, destaca Paulo Meyer Nascimento, pesquisador do Ipea.

Para que o ensino remoto seja viável, é necessário um celular, tablet ou microcomputador com acesso à internet banda larga 3G ou 4G. Segundo o estudo, mais de 800 mil alunos necessitariam de um chip de dados para se conectar à internet, da pré-escola à pós-graduação, e cerca de 1,8 milhão teriam que receber o chip e o equipamento para conexão. Ainda assim, restariam 3,2 milhões de pessoas sem qualquer atividade remota, pela total ausência de rede móvel nos locais onde vivem. Para garantir acesso ao estudo remoto, seriam necessários investimentos de R\$ 3,8 bilhões, valor equivalente a quase três vezes o total destinado em 2020 para a compra



“A situação atual tende a ampliar as desigualdades e há que se pensar em articulações em diferentes níveis de Governo para garantir o acesso ao ensino remoto.”

Paulo Meyer Nascimento, Ipea



de livros didáticos pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD).

A dificuldade em estudar durante a pandemia pode ser uma fonte de ampliação da desigualdade no futuro. Estudantes que não puderam estudar durante esse período estariam em desvantagem em relação aos demais, e as consequências negativas do afastamento das escolas podem ser ampliadas, pois os mais afetados são os que já se encontram em desvantagens econômicas e sociais.



TENDÊNCIAS E MUDANÇAS

O professor Ademar Pereira Batista, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), alerta para a expressiva perda de espaços educacionais por conta da pandemia. Segundo ele, a escola privada no Brasil tem em torno de 15 milhões de alunos e os mais afetados pelo coronavírus foram os da educação infantil.

“A pandemia de fato antecipou tendências e provocou mudanças. Pequenas escolas de educação infantil perderam praticamente 100% de seus contratos e muitas fecharam as portas definitivamente. Escolas com esse perfil, que

atendiam crianças de 0 a 3 anos, registraram 1,3 milhão de contratos encerrados”, lamenta, acrescentando que a rede privada de ensino é responsável por 1,7 milhão de empregos (800 mil de professores) em mais de 40 mil instituições de ensino em todo o País.

Batista também destaca o aumento da inadimplência no ensino superior privado, que passou de 15% para 40%, em média. O desemprego ou a redução da renda familiar acabou gerando atrasos no pagamento de mensalidades. Para o professor, os desafios para 2021 estão em reinventar o ensino com mais investimentos em plataformas de ensino a distância, mas sem esquecer que o modelo híbrido é fundamental também para a construção de valores e de relacionamento entre os estudantes, educadores e toda a comunidade. Janine Rodrigues, fundadora da Piraporando, uma EdTech cujo trabalho é a criação e publicação de obras literárias que originam de projetos educativos focados na diversidade, afirma que muitos impactos ainda serão conhecidos.

“O afastamento dos alunos da escola causa descompasso na aprendizagem, não só por falta de conteúdo, mas de convivência e socialização.

Ainda não é seguro voltar para as escolas, mas precisaremos unir forças para mitigar os impactos deste tempo de afastamento. E ainda há o aumento das desigualdades, pois alguns tiveram acesso a conteúdo, aulas e atividades extracurriculares, enquanto grande parte da comunidade estudantil ficou sem material e sem acesso à conectividade. Sem falar na pressão para que os professores se adaptassem a esta nova realidade num curto espaço de tempo”, comenta.

Ela chama atenção ainda para a dificuldade de se pensar soluções múltiplas, que atendam à pluralidade de situações e demandas. “O Brasil não é o Sudeste. Logo, não podemos pensar que as soluções produzidas aqui possam ser replicadas em todas as regiões. A educação não deve ser vista como algo descolado da sociedade. Políticas públicas são necessárias para que tenhamos segurança de que as ações serão implementadas para todos.

Levantamento recente do IBGE, feito na semana de 30/08 a 05/09, apontou que o País tinha cerca de 46 milhões de estudantes que frequentavam escolas ou universidades. Desse total, 15,8% (ou 7,3 milhões) não tiveram atividades escolares na primeira semana de setembro. Entre os 38 milhões

de estudantes que tiveram atividades escolares na primeira semana de setembro, 25 milhões (ou 65,6%) estudaram em cinco dias da semana.



RESILIÊNCIA DO ENSINO

Se as dificuldades existem, por outro lado a disposição para enfrentar novos cenários na educação também está em pauta. Levantamento da Cisco, em parceria com a Consultoria Delloite, avaliou a resiliência de professores, diante do desafio de ensinar a distância e manter a relação com pais e alunos. Um dos pontos da pesquisa destaca que 87% dos professores das redes municipais e 81% das estaduais e da rede privada não se sentiam preparados para aulas em ambientes virtuais ou digitais antes da pandemia.

Mas essa visão está mudando. As aulas remotas têm se configurado como a única forma possível para que o ensino seja transmitido aos alunos. O estudo também cita a necessidade de investimentos em conectividade para ampliação do acesso ao ensino por meios remotos.

Mesmo diante de um cenário adverso, há iniciativas que mostram caminhos sólidos para a garantia de acesso de qualidade à educação por meio remoto. O projeto Sala do Futuro, que chega ao Brasil por uma iniciativa da Escola Nacional de Seguros, tem o propósito de mudar completamente a forma de interação entre estudantes e professores e garantir qualidade superior de ensino nas áreas de Negócios e Seguros. São diversos cursos voltados para o segmento de Seguros, com conteúdo completo, recursos visuais atrativos, simulações e exercícios que facilitam ainda mais o aprendizado.

A tecnologia já está presente em importantes universidades pelo mundo, como a de Nova Iorque e a de Madri. A Sala do Futuro permite a interação entre alunos com mais facilidade e fluidez, graças ao uso de recursos de áudio e vídeo em alta definição. Além disso, os trabalhos em grupo, que são uma importante fonte de relacionamento e troca de experiências, também podem ser feitos pela plataforma. Pesquisas, compartilhamento de mídia são algumas outras funcionalidades que o projeto oferece. A meta é levar ensino de qualidade onde o aluno estiver.



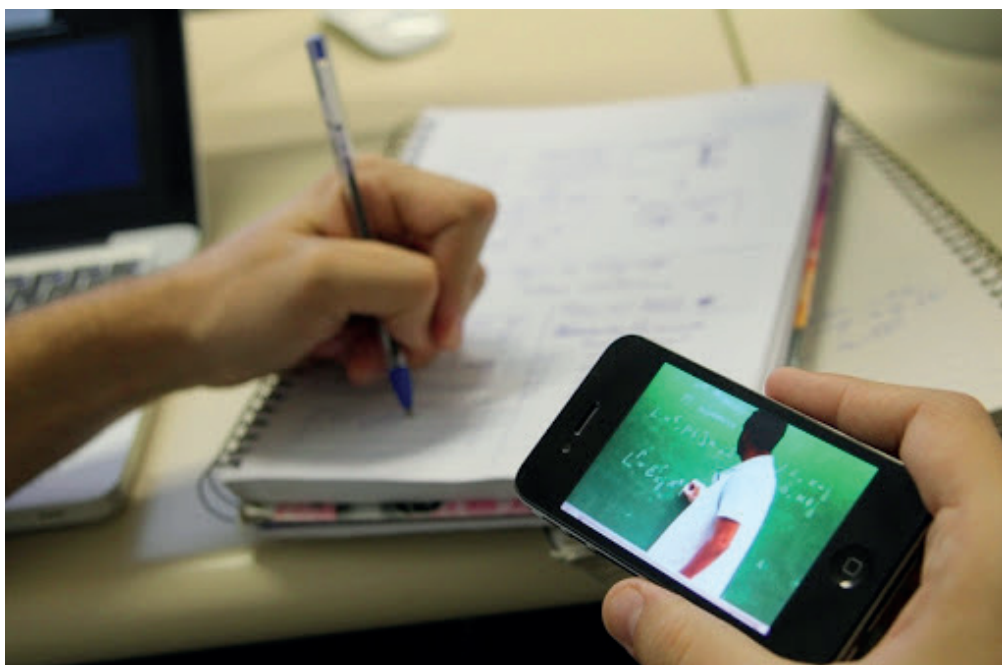
“A pandemia antecipou tendências e provocou mudanças. Pequenas escolas de educação infantil perderam praticamente 100% de seus contratos e muitas fecharam as portas definitivamente.”

Ademar Batista, Fenep



“A educação não deve ser vista como algo descolado da sociedade. Políticas públicas são necessárias para que tenhamos segurança de que as ações serão implementadas para todos.”

Janine Rodrigues, Piraporando





ESCOLAS FECHADAS E CARTEIRAS VAZIAS: PREJUÍZOS À ECONOMIA

Um relatório da OCDE acendeu a luz amarela para os efeitos ainda mais devastadores que a suspensão de aulas e demais atividades escolares deixarão no mundo. A economia global será seriamente afetada, diz o estudo. Os impactos serão sentidos e identificados pela retração da economia, que resultará também em um menor volume de investimentos e a diminuição de orçamentos para a educação.

O estudo destaca ainda que a demora na retomada do desempenho escolar aos patamares de antes da pandemia traz prejuízos expressivos. Nos Estados Unidos, por exemplo, se houver redução de um décimo no nível do padrão de habilidades dos estudantes, a perda do ponto de vista econômico chegará a US\$ 15,3 trilhões.

Outro estudo, feito pelo Instituto Unibanco em parceria com o Todos Pela Educação, deixa claro que haverá uma significativa redução do investimento anual por estudante nas redes municipais pós-pandemia, que pode chegar a R\$ 1.339, ou a R\$ 670, em projeções mais otimistas. Os dados são do “Relatório Covid-19 – Impacto Fiscal na Educação Básica – cenário de receitas e despesas nas redes municipais em 2020”, que projeta uma perda entre R\$ 15

bilhões e R\$ 31 bilhões em tributos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino neste ano, a depender do cenário de crise econômica.

A incerteza diante do futuro é outro impacto que mais um estudo aponta como alarmante. Dados da Organização

Internacional do Trabalho (OIT) mostram que mais de 70% dos alunos que estudam ou conciliam estudos com o trabalho foram afetados pela pandemia. O estudo, denominado “Juventude e Covid-19: impactos sobre empregos, educação, direitos e bem-estar mental”, destaca que 65% dos jovens avaliaram que absorveram menos aprendizado com a pandemia, por conta da transição de aulas presenciais para estudos em ambiente remoto,

em situação de confinamento. Metade desse total sente que a educação está defasada e 9% consideram que podem abandonar os estudos em definitivo.

Em países de baixa renda, a situação é ainda mais preocupante: apenas 18% dos jovens conseguiram manter os estudos online. O relatório também revela que 35% dos jovens não têm certeza sobre o futuro e perspectivas de carreira profissional e acham que a situação pode ficar ainda pior no mercado de trabalho.

Estudo mostra que haverá significativa redução do investimento anual por estudante nas redes municipais pós-pandemia, que pode chegar a R\$ 1.339, ou a R\$ 670, em projeções mais otimistas.

RETOMADA DO CRESCIMENTO É ÚNICA SAÍDA PARA A CRISE DO EMPREGO E RENDA

Para deter o aumento da taxa de desocupação e o empobrecimento da população, especialistas sugerem medidas como investimentos em infraestrutura e reformas.

Se, até poucos meses atrás, a maior preocupação de parte dos trabalhadores era o receio de, eventualmente, serem substituídos por uma máquina, diante do inexorável avanço da transformação digital, a ameaça hoje é outra, muito mais real e tangível e atende pelo nome de desemprego. A pandemia afetou brutalmente o mercado de trabalho, que já contabiliza mais de 13 milhões de desempregados. A taxa de desocupação subiu para 13,8% no trimestre encerrado em julho, contra 11,8% no mesmo período de 2019. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trata-se da maior taxa da série histórica, iniciada em 2012. Em vez de desempregados, o IBGE passou a utilizar o termo desocupados na sua apuração, que inclui não apenas os trabalhadores formais com carteira assinada, como também os que têm alguma ocupação, mas não estão empregados. O novo conceito é importante para entender uma inflexão no mercado de trabalho, apontada pelo professor sênior da Faculdade de Economia da

USP e coordenador do projeto Salariômetro da Fipe, Hélio Zylberstajn. Segundo ele, essa mudança já é perceptível nos dados do IBGE, que revelam uma contradição: a ocupação está crescendo ao mesmo tempo em que a desocupação também está aumentando.

Zylberstajn explica que a pandemia bateu forte no mercado de trabalho, provocando a perda repentina de 10 milhões de ocupações (um terço formal e dois terços de informais). Com a retomada da atividade econômica, muitas pessoas voltaram a procurar emprego, entrando novamente para as estatísticas. Segundo dados do IBGE, a população fora da força de trabalho atingiu o recorde da série e chegou a 79 milhões de pessoas – mais de 8 milhões em relação ao trimestre anterior, de fevereiro a abril.

“Ao primeiro sinal de retorno da ocupação, as pessoas voltarão, todas de uma vez. Então, haverá crescimento da ocupação e da desocupação, uma contradição. A desocupação, que hoje está invisível, se tornará visível”, analisa.

● ● ● CENÁRIO DIFÍCIL

Mas as perspectivas não são positivas. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, admite que a tendência é de aumento da taxa de desocupação, que pode fechar o ano em 17%, a mais alta da história. Para ele, o cenário no próximo ano será igualmente difícil, com a agravante da queda de renda da população, com muitos trocando o emprego formal pelo informal.

“Dizem que o brasileiro está poupando mais e que sobrarão dinheiro para consumir, reduzindo o problema de renda. Mas muitos estão poupando até como efeito do desemprego, pelo receio do que vem pela frente. Se essa situação perdurar, as pessoas vão gastar esses recursos e ainda continuarão desempregadas. Isso não me parece sustentável”, afirma.

Sergio Vale traça um cenário preocupante para a classe média, ainda que momentâneo. Ele produziu um estudo que projeta o ingresso de 11 milhões de pessoas nas classes D e E, em 2021.



“Com o baixo crescimento econômico e o aumento do desemprego, o padrão de renda tende a desacelerar”, estima.

Embora a flexibilização transmita a ideia de que a vida está voltando ao normal, para Vale isso não passa de ilusão. “Não é bem assim, a situação está longe de ser tranquila. Tivemos alguns números positivos, principalmente, de empregos formais, segundo o Caged, mas a comparação foi com abril, o pior momento da crise”, ressalta. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontou em agosto a abertura líquida de 249,3 mil vagas de trabalho com carteira assinada.

A queda de renda também foi detectada pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcos Hecksher. Um estudo produzido por ele revela que a renda do trabalhador despencou em março e abril, teve alguma recuperação em maio e voltou a aumentar em agosto. “Era esperado que a massa de renda do trabalho subisse após cair tanto. Mas pode demostrar a voltar ao nível pré-pandemia”, informa.

Logo no início da pandemia, 7 milhões de mulheres abandonaram o mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PnadC). “É a primeira vez nos

últimos 30 anos que a maioria das mulheres está fora da força de trabalho. Algumas das ocupações e atividades mais afetadas têm predominância feminina, como os serviços domésticos e de cuidados pessoais, inviáveis por teletrabalho”, diz Hecksher. Ele explica que, por outro lado, a redução do auxílio emergencial também afeta essas mulheres, estimulando a procura pelo trabalho.



AUXÍLIO E CRESCIMENTO

Para Hecksher, o auxílio emergencial amorteceu parte da perda de renda, mas, em setembro, começou a ser reduzido pela metade. “A retirada do auxílio, a renda do trabalho deprimida e mais concentrada em menos pessoas do que antes da pandemia devem dificultar a retomada da demanda agregada, importante para a economia engrenar”, alerta.

Segundo o economista Sergio Vale, a redução do auxílio emergencial terá impacto sobre o PIB. Por suas contas, caso o auxílio seja fixado em R\$ 250 para 25 milhões de pessoas, somará R\$ 75 bilhões. “O impacto seria de 2 pontos percentuais a menos no PIB, algo nada trivial”, enfatiza.

Não fosse o auxílio emergencial, segundo Sergio Vale, a queda do PIB neste ano poderia atingir 7%, percentual bem maior que os 4,8% projetados



“É a primeira vez nos últimos 30 anos que a maioria das mulheres está fora da força de trabalho. Algumas das ocupações e atividades mais afetadas têm predominância feminina.”

Marcos Hecksher, Ipea



pelo Governo. “Conseguimos evitar um resultado pior e o auxílio teve um papel importante”, diz. A criação de um novo auxílio para a população mais vulnerável dependerá, na sua opinião, de decisões corretas do Governo. “Adicionar um novo gasto sem cortar nada, fica difícil”, diz.

Vale sugere que o Governo comece pela reforma administrativa, com os servidores que estão na ativa. Já o novo auxílio poderia ser mantido, a seu ver, com algumas mudanças nos programas sociais que já existem. “Uma parte de cada um poderia ajudar a financiar o programa”, propõe. Segundo Hecksher, para aumentar a renda no País é necessário, primeiramente, conter o risco de morte por Covid-19, já que esta foi a causa da queda da demanda e oferta de trabalho. Mas ele também tem pronto um estudo que pode ajudar a gerar empregos, mais precisamente 4,6 milhões de vagas formais, de acordo com seus cálculos. Trata-se da desoneração de contratações de até 36 horas semanais e da eliminação temporária da alíquota previdenciária patronal para as contratações de até 20 horas.

“Qualquer empresa deixaria de pagar a contribuição de 20% sobre os salários, se optasse por contratar duas pessoas por 20 horas semanais em vez de uma por 40 horas. Essa desoneração

poderia agradar ao Legislativo, ao Executivo e sobretudo a quem está sem qualquer renda de trabalho”, analisa.

Para Zylberstajn, apenas o crescimento econômico será capaz de deter a crise no mercado de trabalho. No entanto, avalia que o Governo precisará assumir posição de liderança na realização de reformas, sobretudo a tributária e as de regulação do mercado, para retomar a confiança dos investidores.

O economista cita como exemplo positivo a aprovação de legislação sobre o saneamento básico, que abre espaço para investimentos do setor privado. “É preciso criar um ambiente convidativo para o investimento privado. E, se isso acontecer, teremos décadas de intenso crescimento, puxado pela infraestrutura”, prevê.



TRABALHO E PRODUTIVIDADE

A pandemia não foi capaz de tirar do radar dos trabalhadores a preocupação com o futuro do emprego e a necessidade de adaptação às inovações tecnológicas. Na prática, o isolamento social e o trabalho remoto acabaram acelerando a transformação digital nas empresas e obrigando a rápida adaptação dos profissionais. Hecksher acredita, no entanto, que a



“É preciso criar um ambiente convidativo para o investimento privado. E, se isso acontecer, teremos décadas de intenso crescimento, puxado pela infraestrutura.”

Hélio Zylberstajn, USP



produtividade de quem permaneceu em atividade aumentou. “Empresas e trabalhadores tiveram que aprender no susto a produzir de outras formas. Esse aprendizado não tem volta”, afirma.

Recente estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) identifica uma “lacuna de competências”, gerada pela crise no emprego, que demandará estratégias pertinentes e oportunas para capacitar as pessoas que perderem seus empregos e suas rendas. O documento “Formação profissional na resposta à crise e nas estratégias de recuperação e transformação produtiva pós-Covid-19” destaca que a procura por novas competências crescerá e serão necessários programas de reconversão, requalificação e reinserção dos trabalhadores.

Na análise do pesquisador do Ipea, ganhos de produtividade, robotização e teletrabalho podem ser benéficos para todos, se houver políticas de desoneração do emprego, como a que ele propôs. “Sem obrigar ninguém, mas incentivando quem quiser reduzir jornadas para distribuir os ganhos entre mais trabalhadores. De outro modo, continuaremos a concentrar os empregos em poucas pessoas que trabalham sem parar, enquanto uma legião permanecerá sem renda de trabalho, como agora”, destaca.

Zylberstajn observa que o crescimento no mercado de trabalho está mais concentrado em relações atípicas, que incluem autônomos, em-

preendedores informais e pessoas jurídicas. Uma das hipóteses, segundo ele, é que as empresas podem estar optando por relações não formais até que a economia se recupere. Outra, é que o mercado de trabalho está mudando de padrão, com o desaparecimento dos bons empregos.

“Trata-se de uma tendência de mercado de trabalho polarizado, observada em economias mais adiantadas. De um lado, um polo altamente sofisticado, com vagas de trabalho para pessoas muito bem preparadas. De outro, um polo de baixa qualificação. No meio, as ocupações de nível médio estão desaparecendo”, afirma.

Mas a força de trabalho de baixa qualificação não ficará sem emprego, na avaliação do economista, caso o País invista em medidas para reforçar a base da pirâmide ocupacional, como, por exemplo, os investimentos em infraestrutura. Outra questão a resolver é o aumento da produtividade.

Para Zylberstajn, a solução está no uso de tecnologias avançadas e na melhoria da qualificação dos trabalhadores. Porém, reconhece que isso não ocorrerá da noite para o dia. “Uma das fontes da baixa produtividade é institucional. A legislação trabalhista complicada, a estrutura tributária e a falta de infraestrutura atrapalham. São coisas básicas que não têm nada a ver com tecnologia”, diz.



“Dizem que o brasileiro está poupando mais e que sobrarão dinheiro para consumir. Mas muitos estão poupando até como efeito do desemprego, pelo receio do que vem pela frente.”

Sérgio Vale, MB Associados

GOVERNO FEDERAL RECRIA O CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Objetivo é harmonizar as relações de consumo e proporcionar um ambiente institucionalizado para as discussões, principalmente nos momentos de mais vulnerabilidade para o consumidor.

Recriado para funcionar como um fórum interinstitucional para discussão de temas relacionados à Política Nacional de Defesa do Consumidor, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC) foi reinstituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 10.417, de 8 de julho deste ano, com a finalidade de formular e propor recomendações aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Segundo a Secretária Nacional do Consumidor e Presidente do CNDC, Juliana Domingues, a ideia é harmonizar as relações de consumo, proporcionando o processo de discussão em um ambiente institucionalizado, principalmente neste momento de pandemia, no qual o consumidor fica mais vulnerável. O Conselho existiu de 1985 a 1990.

A Presidente do CNDC destacou que os objetivos principais do Conselho são: promover a adequação das políticas públicas de defesa do consumidor, coibir fraudes, criar mecanismos permanentes de diálogo com todos os entes que

participam do Sistema e reduzir a insegurança jurídica, trazendo mais previsibilidade e orientações para todos os órgãos de defesa do consumidor.

“Mesmo que haja divergências quanto à funcionalidade do novo CNDC, é fundamental ter um ambiente de discussão adequado. O tema foi bastante discutido com o Sistema, inclusive fizemos várias tentativas de envolver as entidades ligadas à sociedade civil, mas é difícil reunir todos os entes e ter consenso”, explicou.

Na primeira reunião, em 15 de setembro, o CNDC instituiu quatro grupos de trabalho, que terão como foco os seguintes temas: pirâmides financeiras, modernização do Serviço de Atendimento ao Consumidor, avaliação de métodos alternativos de solução de conflitos e avaliação do sistema regulatório brasileiro. “Os SACs foram concebidos numa época em que não existia e-commerce e, por isso, seu modelo precisava ser revisto”, disse Juliana.

Além disso, foi sugerida a formação imediata de uma comissão para tratar dos fatores que influen-



“O tema foi bastante discutido com o Sistema, inclusive fizemos várias tentativas de envolver as entidades ligadas à sociedade civil, mas é difícil reunir todos os entes e ter consenso.”

Juliana Domingues, CNDC



“No período de 1985 a 1990, a estrutura do CNDC era transparente, equilibrada, abrangente e tinha representatividade dentro do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, agora não mais.”

Marcelo Sodré, PUC-SP



ciaram o aumento do preço dos itens da cesta básica, que passou a ser uma das prioridades. As relatorias vão discutir os temas, apresentar propostas e encaminhar para votação pelo Conselho. A próxima reunião será no dia 19 de novembro.

OPINIÕES DIVIDIDAS

Nos moldes atuais, o Conselho está dividindo opiniões entre os integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Segundo o professor de Direito do Consumidor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ex-Diretor do Procon-SP (1988-1995), Marcelo Sodré, o novo CNDC não tem representatividade nacional, não privilegia a transparência, não defende as políticas públicas e nem a isonomia. “O Governo está reduzindo drasticamente o número de conselhos e, de uma hora para outra, resolveu recriar o CNDC”, comentou.

Outro ponto destacado por Sodré é que, do total de integrantes do Conselho, oito são ligados ao

Governo Federal, o que demonstra que o Executivo terá maioria sempre. “Exceto o Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, não há nenhum outro representante da sociedade civil. Sem falar que cabe ao CNDC revogar e reestruturar normas e não propor novas legislações”, explicou.

Outro ponto criticado pelo professor é a regra de sigilo, que delega à Presidência dizer o que pode ou não ser revelado. O Conselho também tem a atribuição de interpretar a legislação, o que significa na prática que o Governo Federal vai impor seu entendimento. “Tudo isso serve para mostrar que o CNDC vai aprovar apenas o que for de interesse do Executivo, e o Ministério da Economia não vai deixar passar nada que não seja bom para ele”, disse.

Marcelo Sodré acredita que, para o setor empresarial, a recriação do CNDC no modelo atual vai gerar mais insegurança jurídica. “A principal finalidade do Conselho deveria ser defender os direitos do consumidor. No período de 1985 a 1990, a



“Esperamos um ambiente de mercado mais amigável à concorrência, com mais segurança jurídica e previsibilidade para investimentos, características que geram bons resultados para o consumidor.”

Rafael Scherre, Susep

estrutura do CNDC era transparente, equilibrada, abrangente e tinha representatividade dentro do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, agora não mais”, conclui.



BOA INICIATIVA

Para o Diretor da Susep, com foco nos Seguros Massificados, de Pessoas e Previdência, Rafael Scherre, do ponto de vista regulatório, a criação do CNDC é positiva, uma vez que busca, principalmente, contribuir para a coordenação das políticas públicas que afetam as relações de consumo de forma geral e também da atuação dos diversos órgãos de defesa do consumidor. “Ainda que a Susep não componha diretamente o Conselho como órgão regulador, a autarquia é representada pelo Ministério da Economia e estará sempre à disposição para contribuir com as discussões que serão conduzidas pelo CNDC”, explicou.

Rafael Scherre destacou que ainda é um desafio conceitual o próprio entendimento, pe-

los vários órgãos do Sistema, de que normas e medidas genericamente classificadas como de defesa do consumidor são, de fato, decisões de intervenção no ambiente econômico. “Sendo assim, elas podem trazer custos, não apenas benefícios para os consumidores. Logo, é fundamental pacificar e nivelar esses conceitos, tendo atenção para intervenções que podem prejudicar mais do que ajudar os consumidores”, observou.

Segundo o Diretor da Susep, com o CNDC, os segurados podem se beneficiar de um ambiente mais coordenado e harmônico na formulação e na condução das políticas públicas de defesa do consumidor, que é a principal finalidade institucional do Conselho. “Esperamos um ambiente de mercado mais amigável à concorrência, com mais segurança jurídica e previsibilidade para investimentos, características que geram bons resultados para o consumidor, garantindo redução contínua nos níveis de judicialização”, afirmou.



“História da Riqueza no Brasil”

Opinião | Ricardo Villas Bôas Cueva

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Jorge Caldeira, autor da clássica biografia de Mauá, permite entender melhor o Brasil. Trata-se de um abrangente estudo sobre a formação do País, com base em novas informações, nova metodologia e um ponto de vista original, que destaca novos achados da econometria e da antropologia, que só se tornaram possíveis com a unificação de bancos de dados anteriormente dispersos, os avanços da computação e a análise estatística. Aspectos antes negligenciados, como a pujança do mercado interno e a prevalência dos costumes sobre as normas emanadas da metrópole, no período colonial, evidenciam, diferentemente da historiografia tradicional, que, já no final do século XVIII, a economia da colônia era substancialmente maior que a de Portugal. O livro deixa claro, além disso, que os períodos de maior vitalidade no País foram aqueles em que os controles do Estado se abrandaram.

///Sinopse

Caldeira revoluciona ao fazer um estudo sobre a história econômica do Brasil, usando a antropologia e estudos econométricos, o que trouxe muitas novidades ao assunto. O livro trata dos cinco séculos da história brasileira, desde os tempos de Colônia até a recessão do Governo Dilma, buscando explicar como o País tornou-se uma das maiores economias do mundo e hoje tem baixo crescimento, grande parte da população com baixa renda e alto índice de desigualdade. Fácil de ser compreendido pela escrita simples, o livro é dividido em quatro partes principais: Colônia, Império, Primeira República e Era Vargas em diante.

Autor: Jorge Caldeira
Editora: Estação Brasil
Edição – 2017



“A Imaginação Econômica”

Opinião | José Roberto Afonso

professor do IDP e investigador do CAPP/Universidade de Lisboa

A pandemia mundial resultou em mudanças radicais na economia e na sociedade. O furacão da Covid-19 alterou não apenas a saúde e os hábitos, mas antecipou e exacerbou tendências que já estavam postas, particularmente da revolução digital. Precisamos aprender a compreender, a refletir e a desenhar uma nova leitura da política econômica e das estratégias de negócios para lidar com essa nova fase da história humana. Relembrei do livro da Nasar, escrito há cerca de dez anos, que vejo como um atalho para se trilhar um caminho de arejar a cabeça para novas ideias e ideais. Para mim, o livro não se propõe a analisar gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história, mas mostra como a história levou economistas a repensarem teoria, política e práticas e, em diferentes momentos, a própria economia

///Sinopse

No momento em que as nuvens sombrias da crise pairam mais uma vez sobre o mundo globalizado das finanças, este livro representa um sopro de otimismo destemido. A imaginação econômica começa no século XIX, com a descoberta de que a grande maioria da humanidade não estava condenada à pobreza e que tinha a possibilidade de melhorar suas condições econômicas, e termina em sua última linha com uma mensagem clara: “retornar ao pesadelo do passado parece ser cada vez mais impossível”. Sylvia Nasar traça uma espécie de história biográfica dos últimos 200 anos da economia mundial, desde a época em que ela era a “ciência sombria” até a grande expansão do capitalismo globalizado.

Autora: Sylvia Nasar
Editora: Companhia das Letras
Edição – 2012

**Paraquedas, guarda-chuva,
salva-vidas. Quem inventou
esses cuidados de proteção
estava, sem saber,
inventando seguros.**

Riscos existem. Mas o setor segurador minimiza ou evita o seu impacto negativo em épocas de incertezas protegendo pessoas, empresas, bens e produtos.

E não só hoje. No futuro também. Seguros, planos de saúde, previdência aberta e títulos de capitalização podem desonerar as próximas gerações, ao transferirem os riscos e as despesas para o setor segurador. Caso contrário, eles seriam suportados pelos governos ou pela sociedade através de mais impostos.

A cadeia de proteção é garantida por atividade ininterrupta no desenvolvimento e oferta de produtos, na distribuição, em indenizações, prestação dos mais diversos serviços, investimentos e formação de poupanças.

Ao final, são dados e análises que formam um inestimável patrimônio sobre a dimensão do seguro acessível a todos, indivíduos, famílias, empresários ou agentes públicos. Um trabalho que a CNseg se orgulha de fazer e compartilhar.

cnseg.org.br



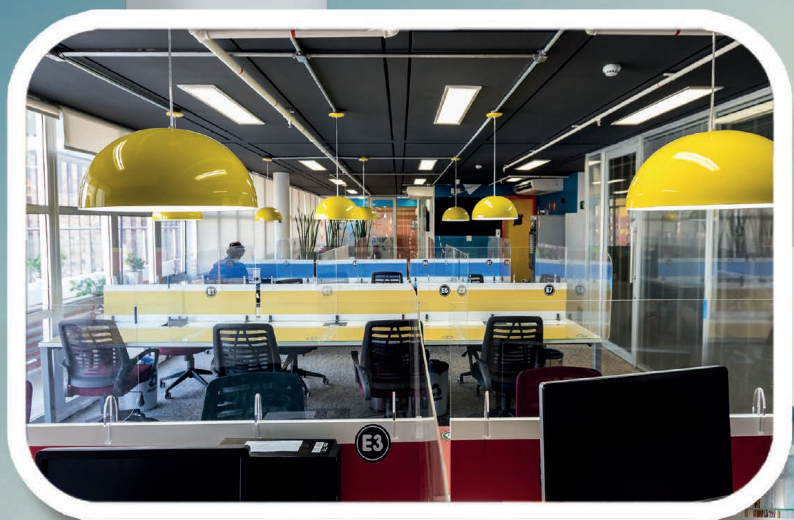
**Conheça.
Examine.
Use.**



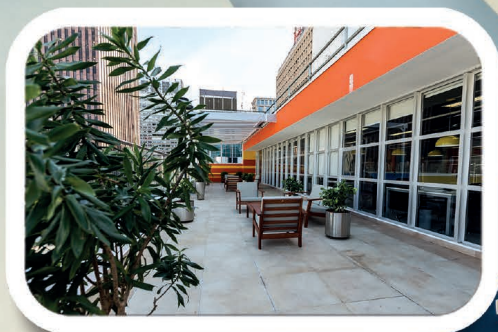
Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

Dê novos ares à sua carreira!

Conheça o Nuv.ens, o novo espaço colaborativo de trabalho e inovação no coração de São Paulo.



- ∞ Infraestrutura moderna e adequada para trabalho
- ∞ Mesas dedicadas
- ∞ Sala de reunião
- ∞ Auditório
- ∞ Locker privativo
- ∞ Wi-fi de alta velocidade
- ∞ Área de descontração com terraço e vista da cidade



Faça parte dessa nova rede de profissionais e prepare-se para alçar o seu próximo voo!

nuv.ens.edu.br

